

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A APROXIMAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO AGENTES DE  
PASTORAL NEGROS NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

**GABRIELA DA SILVA PEQUENO**

**SEROPÉDICA**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A APROXIMAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO AGENTES  
DE PASTORAL NEGROS NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

**GABRIELA DA SILVA PEQUENO**

*Sob a Orientação da Professora*

**Monica A. Del Rio Benevenuto**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ  
Setembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P349a PEQUENO, Gabriela Da Silva, 1999-  
A APROXIMAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O  
MOVIMENTO AGENTES DE PASTORAL NEGROS NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA  
A:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES / Gabriela Da  
Silva PEQUENO. - Seropédica, 2022.  
77 f.

Orientadora: Monica A. Del Rio Benevenuto  
. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Serviço Social, 2022.

1. Movimentos sociais. 2. Assistência social.  
3. Cidadania. I. Benevenuto, Monica A. Del Rio,  
1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 4584 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.059610/2022-66

Seropédica-RJ, 23 de setembro de 2022.

Gabriela da Silva Pequeno

### A APROXIMAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO AGENTES DE PASTORAL NEGROS NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 12 de Setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Doutora Monica Aparecida Del Rio Benevenuto  
Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof. Marisol Valencia Orrego  
Membro interno - DEDH/UFRRJ

Prof. Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva Cordeiro  
Membro interno - DEDH/UFRRJ

*(Assinado digitalmente em 23/09/2022 19:08 )*  
DAN GABRIEL D ONOFRE ANDRADE SILVA  
CORDEIRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 2145525

*(Assinado digitalmente em 23/09/2022 17:19 )*  
MARISOL VALENCIA ORREGO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 1043744

*(Assinado digitalmente em 23/09/2022 17:13 )*  
MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 387368

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4584**, ano:  
**2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **23/09/2022** e o código de verificação: **f760e04197**

*“nós tivemos baixas incontáveis  
na real já foi uma revolução, já foi uma  
comunidade  
por cima de sangue derramado  
já fomos quilombos e cidades  
Canudos e Palmares, originais e originários  
depois do massacre, ergueram catedrais  
Uma capela em cada povoado  
como se a questão fosse guerra ou paz  
mas sempre foi guerra ou ser devorado”.*

**Vila rica - Don L & Mateus Fazeno Rock**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família, principalmente minha avó Maria (em memória) por ter sido quem foi na minha vida e por me fazer quem eu sou. Agradeço à minha mãe Reny e meu pai Eduardo pelo amor, afeto e por toda ajuda e compreensão em todos os momentos da minha vida, por todo esforço feito para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, pela dedicação e apoio durante toda a minha graduação e por me inspirarem a ser o melhor que eu posso ser. Aos meus primos Arthur e Isabella por tornarem esse momento mais leve e divertido.

Agradeço também as minhas amigas Raquel, Mayara, Maressa e Marina por todos os momentos de alegria, descontração e de desabafos que me ajudaram a me trazer até aqui. Aos meus amigos da graduação Karen, Nathalia, Isabela, Tallyson e Marcela, meu bonde, que tornaram minha experiência na universidade mais amena, agradável e divertida, agradeço pela paciência e pela parceria. Agradeço à Otavia, minha terapeuta por cuidar, com tanto carinho, da minha saúde mental para que fosse possível atravessar esse período.

Agradeço a Universidade Rural e a todo o corpo docente, do qual eu destaco os professores Gênesis, Fabiana e Marisol por me auxiliarem e principalmente me inspirarem durante a graduação. Agradeço à minha Orientadora, professora Monica pela notável dedicação e paciência, sem a qual não seria possível a realização deste trabalho. Agradeço à Patrícia e à Lucia pela disponibilidade e generosidade.

Por fim, agradeço a todos estiveram presentes na minha vida durante a realização do curso, que direta ou indiretamente me ajudaram a superar os obstáculos e a passar por esse processo.

## RESUMO

A atuação do Assistente Social frente aos movimentos sociais é fato presente no estudo dos movimentos sociais. Este estudo buscou compreender a relação do Serviço Social com os movimentos sociais presentes em Seropédica a partir de experiências relatadas pela organização Agente Pastoral de Negros e pela a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade. A pesquisa de caráter qualitativo constituiu-se na modalidade de estudo de caso para se adequar aos objetivos propostos. Concluiu-se, que a cidade de Seropédica necessita ampliar o atendimento às demandas dos movimentos sociais e a relação direta com a Assistência Social, além da melhoria das condições de trabalho para que o profissional de Serviço Social possa cumprir seu papel social.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Assistência social. Cidadania

## ABSTRACT

The role of the Social Worker in the face of social movements is a fact present in the study of social movements. This study sought to understand the relationship between Social Service and the social movements present in Seropédica from experiences reported by the organization Agente Pastoral de Negros and by the Municipal Secretary of Social Assistance and Human Rights of the city. The qualitative research is constituted in the case study modality to adapt to the proposed objectives. It was concluded, during the interview and the realization of this work, that the city of Seropédica needs to expand its service to the demands of social movements and the direct relationship with Social Assistance.

**Keywords:** Social movements. Social service. Citizenship

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Agentes De Pastoral Negros (APNs)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN)

Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)

Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB)

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço

Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)

Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO)

Favelas e Espaços Populares (NEPFE)

Frente Negra Brasileira (FNB)

Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Movimento dos Sem-Teto (MTST)

Movimento Negro Unificado (MNU)

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre  
Organizações Não-Governamentais (ONGs)

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH)

Santa Catarina (SC)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Teatro Experimental do Negro (TEN)

União dos Homens de Cor (UHC)

União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITUAÇÕES E ORIGENS</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Representações sociais, identidade e memória: um parâmetro para compreender os movimentos sociais</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Movimentos sociais no mundo</b>	<b>19</b>
<b>1.3 Movimentos sociais no Brasil</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO II: O MOVIMENTO NEGRO: PROBLEMATIZAÇÕES SURGIDAS</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Os movimentos negros no Brasil e a relação com a estruturação do racismo</b>	<b>28</b>
2.1.1 Identidade e identidade negra	28
2.1.2 Raça e Racismo	30
<b>2.2 O movimento negro e seu processo próprio de formação de resistência</b>	<b>33</b>
2.2.1 Movimentos sociais negros no Brasil – processo histórico de construção identitária	34
2.2.2 O movimento negro em Seropédica	45
<b>CAPÍTULO III: SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA UNIÃO NECESSÁRIA</b>	<b>49</b>
<b>3.1 Serviço Social e a vinculação com os movimentos sociais: luta social diária</b>	<b>49</b>
<b>3.2 Ações e serviços de Assistência Social e Direitos Humanos</b>	<b>58</b>
<b>3.3 Aproximação entre a secretaria de assistência social como Pastoral do Negro na cidade de Seropédica</b>	<b>59</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b>	<b>65</b>
<b>6 APÊNDICE</b>	<b>71</b>
<b>6.1 Roteiro das entrevistas</b>	<b>71</b>
<b>6.2 Parecer do comitê de ética</b>	<b>73</b>
<b>6.3 Termo de consentimento</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A atuação do assistente social frente aos movimentos sociais, aqui especialmente ao movimento “Agentes de Pastoral Negros” existente no município de Seropédica, no Rio de Janeiro é o foco desse estudo. Serão dados seguimentos aos estudos relacionados aos movimentos sociais a partir do fio teórico traçado para pensar estes movimentos por meio dos estudos de Gohn (2008) que são encarados como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizaram formas diferentes de organização da população para expressar necessidades e demandas. Essas formas possuem inúmeras estratégias de agir, como através de denúncias, marchas, concentrações, passeatas e mobilizações à ordem, então constituída.

A autora afirma, ainda, que, na contemporaneidade, as ações dos movimentos sociais ganharam novas formas de atividade, como por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais, ou seja, ganhando ainda mais destaque no cenário mundial, tomando força a partir da inovação tecnológica. Em sua visão, a mesma autora afirma que os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, construindo propostas que tem por intenção trazer mudanças. Atuando em formato de redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão, lutando pela inclusão e igualdade social, empoderando sujeitos e dando a eles a atuação como sujeitos da construção de seus próprios processos históricos e identitários.

Nessa linha, Fontes e Mecchi (2019) indicam que os movimentos sociais se fizeram presentes de diversos modos através do tempo histórico. Assim sendo, constituíram marchas de agrupamentos camponeses, étnicos, religiosos, de escravizados e feministas, por exemplo. No que se refere ao movimento negro no Brasil, este emerge a fim de pensar novas formas de pensamento, como, por exemplo, na maneira pela qual o racismo atua, profundamente, nas subjetividades, impedindo, de forma violenta, que os sujeitos possuam acesso à fala ou a direitos concedidos pela Constituição.

A Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, é um centro periférico onde grande parte da população é usuária de programas de Assistência Social e, como consequência das políticas públicas não concretizadas, fazem surgir inúmeros movimentos sociais em formatos de contestação. Dentro desse espaço se encontra a região de Seropédica. Nessa região, muito dos

movimentos tem ligação com as produções agrícolas<sup>1</sup>, visto ser um local no qual a produção familiar de agricultura possui grande peso, todavia nosso foco será na Agentes de Pastoral Negros a ser estudado neste trabalho(PEREIRA, 2010).

Como moradora de Seropédica e aluna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi durante a graduação que surgiram diversos questionamentos a respeito dos “muros” construídos e existentes entre a Universidade e o município em que o campus está localizado. Ser discente da terceira turma do Curso de Serviço Social em universidade pública, na Baixada Fluminense, contribuiu, também, para despertar o interesse na observação do contexto da presença do Serviço Social na cidade de Seropédica.

Durante a realização do Estágio Supervisionado de número 1, que ocorreu na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade, no Centro De Referência Da Assistência Social (CRAS) Boa Esperança, foi possível realizar a observação da relação entre os profissionais do Serviço Social mantinham com os movimentos sociais região. Esse processo, portanto, gerou inúmeros questionamentos a respeito da potencialidade existente na política de assistência social do município. Em consequência disso, existiu a oportunidade de participar da XI Conferência Municipal de Assistência Social em Seropédica, no ano de 2019, e, a partir da experiência vivenciada no evento, pude ter uma maior aproximação com representantes da sociedade civil e de movimentos sociais do município que me inspiraram, fortemente, através de suas falas e conversas para a escolha deste objeto de estudo.

Destarte, o este estudo surge de inquietações sobre a importância do tema para profissão mesmo que ainda seja pouco explorado. Como afirmam Duriguetto e Bazarello(2015, p. 133),“A intervenção do Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular é pouco tematizada, sobressaindo-se tematizações sobre os espaços de participação institucional”. Constatam, ainda, que, entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS realizados entre 1995 e 2008, somente 3% tematizam os movimentos sociais. Nesse conjunto, já exíguo, somente 6% expõem experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais.

---

1Algumas comunidades de produtores rurais foram criadas em Seropédica a partir do período de assentamento na década de 1960 e as mais recentes na década de 1980, como são os casos dos assentamentos Filhos do Sol, Carretão, Santa Alice e Mutirão Sol da Manhã. Enquanto atualmente alguns desses assentamentos se reorganizaram em forma de associações de agricultores e de moradores, outros agricultores foram mesclados noutras associações de produtores orgânicos e nos Comitês Gestores das Microbacias – GOGEMs – do Rio Guandu, pelo Programa Rio Rural do Estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, M. A. **As transformações no espaço rural no município de Seropédica-RJ nas últimas décadas**. Dossiê Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, ano IX, n. 19. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoconomia/16651#tocto1n4> Acesso em: 12 marc. 2022.

Ademais, a escolha do tema se deu partir do momento em que pude enxergar a importância da intervenção dos profissionais do Serviço Social dentro das organizações dos movimentos negros vigentes, tanto para a profissão quanto para a classe trabalhadora como um todo, seja atuando diretamente nos espaços dos movimentos ou mesmo por meio de outras instituições que lidam, diretamente, com os usuários, fortalecendo essas organizações e tendo em vista o direcionamento ético-político da profissão que visa à emancipação humana.

A realização deste estudo busca responder questões que foram surgindo ao longo das experiências vivenciadas, a saber, existe alguma aproximação entre as instituições em que o serviço social está presente na cidade de Seropédica e a organização “Agentes de Pastoral Negros” social? Se sim, como ocorre essa aproximação? Quais as possibilidades e limites? Existe demanda do movimento para o Serviço Social? Se sim, quais são? Elas são atendidas?

Neste contexto, este estudo tem como objetivo principal compreender a relação do Serviço Social com os movimentos sociais presentes em Seropédica a partir da experiência da organização Agente Pastoral de Negros junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos De Seropédica. Diante disso, buscou-se resgatar o processo histórico responsável pela construção dos movimentos sociais no Brasil; refletir sobre do movimento negro no Brasil frente à problemática do racismo estrutural; identificar a relação do Serviço Social com movimentos sociais referenciada pelo projeto ético político da profissão para analisar como se dá a construção da relação do serviço social com os "Agentes de Pastoral Negros" na cidade de Seropédica, Rio de Janeiro. Por meio da análise das falas da representante do movimento “Agentes de Pastoral Negros” e da Subsecretaria de Assistência Social, que representa a área de Serviço Social do município em análise, com o objetivo de entender como essa relação se concretiza na prática. Para alcançar este objetivo este estudo buscou resgatar o processo histórico responsável pela construção dos movimentos sociais no Brasil; refletir sobre do movimento negro no Brasil frente à problemática do racismo estrutural; identificar a relação do Serviço Social com movimentos sociais referenciada pelo projeto ético político da profissão e analisar como se dá a construção da relação do serviço social com os "Agentes de Pastoral Negros" na cidade de Seropédica, Rio de Janeiro.

A pesquisa qualitativa realizada na modalidade de estudo de caso se adequou aos objetivos propostos, por compreender que é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente (GODOY, 1995).

Desse modo, o levantamento da pesquisa se baseou em entrevistas e revisão bibliográfica. As respostas concedidas tanto pela Ativista da Pastoral Negra quanto pela Vice

secretária de Assistência Social serviram de base de análise e consistem em relatar a trajetória do movimento e a atuação do profissional do Serviço Social frente aos movimentos.

As entrevistas foram realizadas individualmente, de forma presencial e seguindo os protocolos de segurança da Covid 19 através de um roteiro semiestruturado que possibilitou um acompanhamento na construção de reflexões sobre as respostas das entrevistadas e dos argumentos utilizados por elas. Os lugares de fala das entrevistas foram analisados a partir dos conceitos estruturais de Ribeiro (2017) de ser o lugar social que as mulheres negras ocupam e o modo pelo qual é possível tirar proveito disso. Para explicar e contextualizar essa questão, a autora ainda infere sobre a noção de discurso a partir da tese de Foucault que coloca esse vocábulo como um sistema que estrutura e determina o imaginário social, pois, através disso, pode-se afirmar que se trata sobre controle e poder.

Hoje em dia, muitas vezes é dito sobre o “lugar de fala” quando uma pessoa tenta se encaixar onde não pode ser encaixada. Nesse sentido a autora afirma que não se trata de desmerecer a militância feita, mas ilustrar o quão vazio se torna esse conceito. Diante, disso sabe-se que a comunicação passa a servir para analisar que esse “lugar de fala” é sempre distinto, a depender de onde está existindo e em que circunstâncias aparece. Ribeiro (2017), então, afirma que é necessário compreender as posições sociais e capitais simbólicas de modos diferentes.

Sabe-se, que os lugares de fala determinam o pensamento dos sujeitos que se pronunciam, ou seja, mesmo que o espaço seja igual, a fala será distinta, visto que cada indivíduo vai se colocar de uma maneira desses locais. Nesse sentido é importante analisar toda a perspectiva não somente do processo histórico, mas também dos conhecimentos que cada pessoa possui, levando em consideração todos os contextos de mundo e inteligências diversas existentes.

Este estudo está organizado em três capítulos. O primeiro “Movimentos sociais: conceituações e origens” trata sobre os movimentos sociais pelo mundo junto do contexto histórico de surgimento e a ideia dos “novos” movimentos sociais. Também constituídos no Brasil. No segundo capítulo, “O movimento negro: problematizações surgidas” traz o movimento negro no Brasil e sua relação com a estruturação do racismo ao estudar os conceitos e racismo com a intenção de adentrar no mundo dos movimentos essencialmente negros do país e seu processo que conduz à construções identitárias para chegar ao foco deste estudo, que é o movimento negro na cidade de Seropédica. O terceiro capítulo “Serviço Social e movimentos sociais: uma união necessária” reflete sobre a atuação dos profissionais do Serviço Social frente às manifestações sociais, assim como sua importância nos movimentos

brasileiros. Traz também, o projeto ético político e o código de ética para marcar sua relação com os movimentos sociais e destacar atuação junto aos movimentos da cidade de Seropédica.

Sem a intenção de esgotar o tema, a conclusão deste estudo traz apontamentos com o intuito de contribuir para superação dos desafios e ampliação de possibilidades de maior estreitamento dos profissionais de Serviço Social junto aos movimentos sociais do município.

## **CAPÍTULO I**

### **MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITUAÇÕES E ORIGENS**

Este capítulo revisita as definições de representações sociais, identidade e memória, para a compreensão de sua importância para os movimentos sociais. Para tanto resgata o processo de construção desses movimentos que se espalhou pelo mundo e teve reflexos que ainda são constantes em diversos setores sociais, como, por exemplo, a construção de políticas públicas ou de direitos gerais sobre toda a população ou a minoria excluída e marginalizada dela.

#### **1.1 Representações sociais, identidade e memória: um parâmetro para compreender os movimentos sociais**

A compreensão das representações sociais neste estudo se alinha a vários olhares que se aproximam no trato da relação entre grupos. As representações sociais polêmicas e as representações sociais emancipadas são indicadas por Vala (1997) como dois tipos particulares de concepções sociais que se destacam em facilitar a compreensão sobre a relação entre grupos. Em sua visão “as representações sociais polêmicas ancoram no conflito implícito ou explícito entre grupos sociais e as representações sociais emancipadas ancoram nas relações de cooperação entre grupos sociais” (VALA, 1997, p. 7).

Diante disso, entende Vala (1997) que as representações sociais desempenham um papel nas interações entre grupos sociais. Pouca atenção, portanto, foi dada aos valores percebidos como distintivos de um determinado grupo, onde as crenças lhe serviam de razão de ser ou às representações que os grupos criam sobre os objetos relevantes para o campo de ação e que são objetos de polêmica ou cooperação social. Indicam, também, que o preconceito intergrupual se centrou sobre os estereótipos enquanto fonte principal das atitudes negativas face a um grupo específico.

Cabecinhas, Lima e Chaves (2006, p. 69) afirmam, nesse sentido, que as representações sociais hegemônicas são “partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (uma nação, um partido, etc.) e prevalecem, implicitamente, em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas”. A partir de então, pode-se perceber que o conceito de grupo social ou identidade é diversificado e ocorre a partir de relações e práticas simbólicas dentro de contextos sociais e tempos históricos específicos. Assim, segundo Cabecinhas, Lima e Chaves (2006, p. 188), as representações sociais que os grupos fazem da História influenciam na definição da identidade, pois a memória pode

sercompreendida como “um produto social construído nos processos comunicativos que reflete as pertenças e as identidades sociais dos indivíduos assim como as suas trajetórias pessoais”.

Os autores indicam, em resumo, que o modo como os grupos nacionais representam sua própria história é fundamental na definição da própria identidade. As representações do passado determinam a maneira como cada grupo se posiciona no presente e as estratégias utilizadas para o futuro, além da dinâmica que ocorre conforma o momento histórico, podendo prevalecer a estabilidade ou a mudança, a resistência ou a adaptação, a preservação das fronteiras, a sua diluição ou a demarcação de novas.

Paracompreender os movimentos sociais, os conceitos e características relacionados a eles, é necessário também considerar sobre a identidade que forma os indivíduos. Ao refletir sobre este aspecto, o resgate de Vala (1997, p. 10) é oportuno por afirmar que a identidade se constitui a partir de duas interrogativas: “Quem sou eu?” e “O que significa pertencer a este grupo?”. A resposta à primeira indagação está atrelada à relação do eu com as categorias sociais, “uma vez que a percepção da realidade social se faz através da organização dos seres humanos em grupos ou categorias”. Com isso, é possível observar os diversos grupos sociais que se constituem ao longo de nossa vida, desde o início dos tempos, no seio familiar até os grupos formados em escola e outros locais de lazer, por exemplo.

A segunda resposta tem referência com as normas e crenças grupais que auxiliam na formação de conceitos sobre os membros do grupo, pois a ideia de grupo social “envolve atividades na formação de conceitos de comunicação através das quais são aprendidas ou criadas normas, símbolos, crenças e valores que tornam distintos os grupos que os indivíduos associaram a sua autoimagem daqueles que eles dissociaram” (VALA, 1997, p. 10). Nesse sentido, nota-se que os grupos sociais possuem práticas que os especificam e ligam seus indivíduos em torno de símbolos e ações comuns e cotidianas que dão identidade a eles.

O grupo de pertença também constitui um ponto de referência fundamental no processo de construção da identidade social que pode ser imaginada como uma forma de resistência das minorias sociais frente às pressões de grupos sociais dominantes. Assim, sabe-se que a situação, a depender do momento histórico em que está situada, gera reflexo na formação dessa identidade social, individual e coletiva. Como exemplo prático desse processo identifica-se os modos de resistência dentro da escravidão africana no Brasil dos tempos coloniais, quando negros fugiam e se organizavam em grupos sociais chamados Quilombos, a fim de se defenderem daquele momento em que seus inimigos pretendiam colonizá-los e mantê-los em cativeiro para trabalhos forçados.

Pollack (1992, p. 204), define identidade como “uma imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria”. A identidade, segundo o autor, é fato que objetiva gerar unidade, organização e sentido histórico. Para isso, atuam na regulamentação do comportamento social dos indivíduos com o objetivo de desligar a unidade do grupo e manter a harmonia:

Quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLACK, 1992, p. 207).

Segundo Pollack (1992) a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podendo, também, nos referir a uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade – tomado aqui em seu sentido mais superficial; o sentido da imagem de si, para si e para os outros, nesse sentido a identidade individual e do grupo estão em jogo na memória.

Como reforça esse autor, há três elementos essenciais dentro da Psicologia Social para compreender a construção da identidade; a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas; a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas, também, no moral e no psicológico e, por fim; o sentimento de coerência que difere os elementos que formam o sujeito, unificando esses indivíduos. A memória é, também, um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que é um fato de extrema importância relacionada ao sentimento de continuidade e coerência de sujeitos ou grupos, em sentido de reconstrução.

O grupo social, então, estabelece, na memória coletiva, a influência da constituição das memórias individuais dos sujeitos diversos na formação da identidade de cada um. Com isso, a memória reforça a identidade, seja a nível individual ou coletivo, como também o faz ameaçando ou arruinando o sentimento de identidade, como pode ser observado em situações de memórias traumáticas, abusos sexuais, tragédias variadas e memória sobre o Holocausto, por exemplo.

De acordo com Sá (2014), as sociedades contemporâneas têm demonstrado um interesse crescente e particular pelos problemas de memória que podem ser observados na atenção dada aos aspectos dramáticos e afetivos de experiências fictícias sobre a perda de memória. Os grupos estabelecem memória coletiva que influencia na formação dos indivíduos e na formação da identidade dos sujeitos. Esses grupos, como já mencionados anteriormente são grandes responsáveis pelo processo do encontro do “eu”, da identidade frente às práticas

sociais de grupos sociais previamente determinados. Diante disso, podemos afirmar, ainda, que as representações de identidade são essenciais para o enraizamento do indivíduo no grupo a que pertence, demonstrando a importância da formação da identidade individual e dentro de um grupo coletivo que partilha as mesmas situações, experiências e vivências, num plano geral de compreensão social.

## **1.2 Movimentos sociais no mundo**

É importante marcar a imprescindibilidade dos movimentos sociais ao redor do mundo. Segundo Alexander (1998, p. 5), “Os movimentos sociais foram identificados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, compreendidos como mobilizações de massa que visa apossar-se de um Estado antagônico”. Refletindo pelo lado marxista, o movimento operário teve como expressão de excelência um processo de mudança social e política, como podemos observar nos dias de hoje sob as vitórias conseguidas com eles, como as políticas públicas implantadas pelo Estado. Dessa forma, sabe-se que desde o ano 1830 até meados de 1960s trabalhadores de fábricas se organizaram a partir de partidos e sindicatos, fazendo surgir a ideia da primeira forma de movimento social. Esses primeiros movimentos de cunho oficialmente social espalharam-se ao redor do mundo sem qualquer “freio”.

Todavia, com o passar do tempo surgiram outras questões que emergiram na cena política e provocaram novas indagações, dando características distintas à ideia de “movimentos sociais”. Melucci (1989) entende que os movimentos juvenis, feministas, ecológicos, étnico-raciais e pacifistas, por exemplo, não colocam somente em cena atores conflituais, mas, também, a inadequação das formas tradicionais de representação política para acolher, de maneira eficaz, as questões que não cessam em sua emergência.

Sá (2014) fornece uma das bases para compreender a origem dos movimentos sociais com a luta contra a formação social a partir da paternalidade, onde o sujeito masculino tinha por característica ser universal e de importância primária, deixando a mulher em segundo lugar. Com isso percebe-se o processo de marginalização feminina que a coloca como sujeito silenciado no processo histórico, resultando em consequências drásticas com reflexos até os dias de hoje.

Gohn (2011) menciona que o movimento feminista, por exemplo, foi o grande responsável por despertar a construção da nova história da mulher, não marginalizada; formando uma memória que não pertence somente a ela, mas envolve a constituição da família, da criança, do trabalho, da mídia, da Literatura, etc. Essa luta, entretanto, não se conteve nesse aspecto e interim, trazendo consigo outros sujeitos e indivíduos ameaçados pelo

processo de marginalização social, como idosos, operários, camponeses, negros escravizados, entre outros.

Na concepção de Medeiros (2012), os movimentos sociais que surgiram a partir dos anos 1960 dão conta de um novo tempo em que a sociedade passou a adquirir características descentradas, havendo a presença de atores múltiplos, pluralidade de planos e instrumentos de transformação social, além de uma irredutibilidade em relação às diferenças.

Pode-se dizer que a preocupação se desloca para o processo de constituição do ator coletivo que se torna o ponto de chegada, e não o de partida para essa análise. É importante salientar que o movimento operário perdeu centralidade em alguns países, em especial nos lugares da Europa. O que é possível afirmar, com isso, que, para analisar os movimentos sociais, há de se considerar as condições teóricas e históricas em que são gerados.

Assim, é coerente dizer que, no Ocidente dos anos 60 e 70, como afirma também Medeiros (2012), muitos foram os acontecimentos que trouxeram à tona demandas de diversos grupos e segmentos sociais antes invisibilizados, instigando pensamentos sociológicos para se entender as manifestações públicas que ocorriam naquele momento. Segundo o autor, as formas tradicionais de mobilização – partido e sindicato – continuavam na cena política, mas eram superados, gradualmente, por outros formatos organizativos e outros atores sociais. Um exemplo disso foram os movimentos sociais organizados por negros nos Estados Unidos e a luta das mulheres, onde ambos exigiam reconhecimento e igualdade de direitos; as lutas de estudantes em vários pontos do mundo contra regras hegemônicas da academia; o movimento de contracultura em evidência; os movimentos pacifistas e ambientalistas, etc.

Reforçando essa perspectiva, Petras(1997) indica que o baque sofrido pelos movimentos de esquerda tradicionais – partidos e sindicatos -, em meio à reorganização exploradora do capital, deu espaço à formação de pujantes organizações populares de resistência. De início, segundo o autor, estes sujeitos estruturavam a resistência de maneira local, mas logo adquiriam consciência dos aspectos internacionais, passando a articularem-se em âmbitos mais extensos. Esses novos militantes sociais constituíram-se de uma mescla rural e urbana de pequenos plantadores e semiproletários, tendo uma direção exercida de forma horizontal por “intelectuais camponeses”.

Já Fontes e Mecchi(2019) reforçam que esses novos movimentos sociais possuíam como estratégia, a manutenção da autonomia em relação a quaisquer partidos políticos e Estados, mesmo mantendo alianças com outros movimentos de caráteres sociais. A ideologia,

portanto, tendia a unir o pensamento marxista com o discurso político étnico e vinculá-los às questões de gênero e às ecológicas.

Atualmente, com o enfraquecimento dos movimentos de classe tradicionais, – partidos e sindicatos – o processo de retomada de manifestações passou a adquirir novos formatos e impactos sociológicos, principalmente os de corte popular que se marcam por estarem inseridos na luta de classes (GUNDERFRANK; FUENTES, 1989).

Os movimentos sociais apresentam-se de muitos modos, como, por exemplo, por meio de agrupamentos camponeses, étnicos, religiosos, de escravizados e feminista., entre outros.

Como consequência paulatina da diminuição dos direitos sociais emergem, globalmente, rebeliões com bases diversificadas, como as de cunho democráticas estudantis contra ditaduras, autoritarismos e por direitos e cidadania – como os que surgem a partir de ideais negros, de mulheres e imigrantes -; protestos populares em apoio às revoluções de libertação nacional e independência, entre outros (FONTES; MECCHI, 2019).

Em contrapartida, temos um estado falso de milagre econômico com a disseminação e ampliação do capitalismo em diversas esferas – sociais, econômicas, políticas e afins -, que visam a construção de um “Estado de bem-estar social” que seduza corpos e mentes em disputa ideológica no período de Guerra Fria(1947 e 1991). Dentro desse processo restavam, portanto, migalhas do chamado “milagre econômico”, também de caráter extremamente falsificado(ARCARY, 2000).

Esse momento inverídico tem efeito notável com a intensificação de investimentos em Educação Superior, tanto em nações industrializadas como periféricas. Em oposição ingressavam, nas universidades, cada vez mais jovens não apenas de classe média, mas, também, oriundos de classes mais populares, como os segregados negros – no caso dos Estados Unidos -, os imigrantes – no caso europeu - e toda uma camada de estudantes universitários que se tornam politizados, voltando-se aos seus Estados oligárquicos e constituindo, nos anos de 1960, movimentos de arrefecimento por direitos sociais. É, portanto, nesse momento, que as tensões bélicas e por liberdades tendem a manter-se no auge, assim como as movimentações progressistas estudantis que se multiplicam e angariam apoio por todo o globo (ARCARY, 2000).

Na América Latina, a agitação estudantil veio acompanhada de antiamericanismotradicional. Esse período marcou o início de uma nova onda revolucionária com objetivos de ampliar os sujeitos sociais históricos com a crescente participação das classes médias urbanas e com ganhos das massas camponesas. Moro e Marques (2011) afirmam que, atualmente, os principais movimentos sociais acontecem por meio de redes

sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, ou mesmo transnacionais, utilizando-se de novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais apresentam ideários de civilização que colocam como horizonte a construção de uma sociedade mais democrática. São ações que visam a sustentabilidade e não apenas o desenvolvimento da mesma; que lutam contra a exclusão – através de novas políticas de inclusão - e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para construir a identidade dos movimentos. Possuem como tema a igualdade ressignificada com o assunto da justiça social. A fraternidade se retraduz em solidariedade. A liberdade se associa ao princípio da autonomia, da constituição do sujeito; e, por fim, os movimentos que tematizam e redefinem a esfera pública realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, possuindo grande poder de controle social e construindo modelos de inovações no mesmo âmbito (MORO; MARQUES, 2011). Assim, segundo Poupeau (2007, p. 47-48):

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois os movimentos sociais precisam de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já ‘profissionais na política’, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos (POUPEAU, 2007, p. 47-48).

Os movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão porque representam forças sociais organizadas que aglutinam pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social (GOHN, 2011). Essas atividades são, portanto, geradoras de criatividade e inovações sociais e culturais. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, construindo diversas propostas, atuando em redes, formando ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutando pela inclusão social. Constituem e desenvolvem, também, o *empowerment* de atores da sociedade civil organizada ao criar indivíduos sociais para atuar em formato de rede (GOHN, 2011).

Nesse sentido, Gohn (2011) vai afirmar que movimentos sociais precisam ser compreendidos a partir de demarcações que vão permitir sua definição real. Nesse sentido, são encarados como ações coletivas de caráter social, político e cultural, assim como formas

de viabilizar a organização da população e expressar suas demandas e necessidades. Diante dessa visão, esses movimentos passam a adotar estratégias que variam de denúncias, pressões, mobilizações, marchas, concentrações coletivas, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações diversas e pressões também indiretas.

É possível ver, através dessas características, que os movimentos sociais adquirem aspectos de acordo com os grupos em que se fixam. Portanto, essas peculiaridades, dentro dos movimentos sociais, estão interligadas às lutas por afirmação da identidade. Observa-se, ainda, que tem havido uma grande contribuição dessas moções para organizar e conscientizar a sociedade.

### **1.3 Movimentos sociais no Brasil**

O Brasil, em meio à insurgência do processo Reconceituador na América Latina, viveu um período de profundas transformações políticas e econômicas. O sistema democrático era fortalecido, nos anos de 1960, diante da proposta populista de maior radicalização apresentada pelo governo de João Goulart que dava condições para o surgimento e a legalidade de organizações de partidos políticos de inspiração socialista e revolucionária, além da ampliação por direitos sociais básicos, como afirmaram Mouro e Marques (2011).

Segundo Martins Fontes (2016), em meados da década de 70, o país começa a esvanecer o falso “milagre econômico”. Nesse processo que sequer a ditadura resistiria de pé. A partir de 1974, com o choque do petróleo, o crescimento econômico brasileiro, embora seguindo positivamente, passa a sofrer grande impacto de queda percentual. Nesse momento, as massas de retirantes deixam o campo rumo à qualidade de vida que acreditavam existir nas grandes cidades do país, como consequência à concentração fundiária promovida pela ditadura e a expansão industrial momentânea. Começa, então, o êxodo rural.

Com o fim do falso “milagre econômico” e o surgimento, na economia ditatorial, de falta de opções de trabalho e crescimento descontrolado de comunidades carentes, o Estado militar era pressionado a responder às demandas de bairros periféricos sem infraestrutura. Essa situação carente passou a ser destaque no cenário nacional. No início da década de 1980 instalou-se, efetivamente, a crise econômica através dos cortes nas políticas públicas habitacional, de saúde e educacional, assim como o acirramento de problemas sociais que moldavam um clima de perplexidade. Grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro viviam abarrotadas de sujeitos que caminhavam pelas ruas e as convertiam em cenário de ocupações coletivas de terras, saques e depredações de ônibus e trens que ofereciam péssimos

serviços, dando origem aos primeiros movimentos de origens e bases populares(FONTES; MECCHI, 2019).

Diante disso é coerente afirmar que tanto os movimentos sociais da década de 1980 quanto os atuais são representações simbólicas afirmativas que ocorrem através de discursos e práticas efetivas e que criam identidades específicas para determinados grupos sociais, projetando sentimentos de pertencimento social. Dessa maneira, os que antes eram excluídos passam a ser incluídos e se sentem como parte de um grupo mais ativo dentro das discussões que constituem suas lutas diárias.

Segundo afirmou Fontes e Mecchi (2019), nos anos de 1970 e 80, essa luta social era tida como legítima e a instauração da noção de “coletividade” se reforçava ao romper com os padrões de manifestação política vigentes, sobretudo em movimentos sociais ligados às bases progressistas e radicais. Foi nesse momento que os movimentos de bases sociais se agruparam aos partidos de esquerda, sofrendo grande influência.

Entre as décadas de 1980 e 90, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente, havendo o declínio das manifestações de rua, como afirmou Gohn (2011). Alguns estudos, como afirmado pela autora, entenderam que esses movimentos estavam imersos em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal, os regimes militares. Todavia, a realidade era que as causas das mobilizações podiam ser características variadas. Diante disso e a partir dos anos 1990 ocorreram os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia; pela Reforma Urbana; o Fórum Nacional de Participação Popular; etc. Esses momentos de debate estabeleceram práticas de encontros nacionais em larga escala, gerando diagnósticos dos problemas sociais e definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Assim, emergiram, então, variadas parcerias entre sociedade civil organizada e poder públicoimpulsionadas por políticas estatais. A criação de uma Central dos Movimentos Populares, por exemplo, foi fato marcante na década de 90 por estruturar os movimentos populares a nível nacional, como a luta por moradia.

É na década de 1980, segundo afirmam, Fontes e Mecchi (2019) que surgem novos atores sociais, como a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) - grupo que ofereceria terras desacampadas para trabalhos pequenos e camponeses sem terra que precisavam plantar como modo de subsistir. Em fins da década de 1980 e início de 1990 a política neoliberal passou a destacar-se com crescente taxa de desemprego e agravamento do processo de êxodo rural, fazendo surgir os movimentos citadinos com a aproximação ao MST – o MTST (Movimento dos Sem-Teto).Estes movimentos são indispensáveis, hoje, para se pensar as muitas esferas em que são atuantes e importantes quando falamos em lutas sociais.

O MST, por exemplo, segue firme na luta pela reforma territorial, dando direito e lutando por ele para fins de servidão às famílias sem lar e que trabalham com o campo. Sua luta, nesse sentido, segue acontecendo através da sua presença no dia a dia a partir da produção da agricultura familiar desses sujeitos. Já o MTST, que luta, igualmente, por moradia, também protesta contra desigualdade habitacional nas cidades, pedindo, também, por reforma, mas urbana.

Os movimentos sindicais e populares disseminaram-se por todas as grandes cidades, colocando em foco a noção já referida de sujeito coletivo. Ao lado das lutas estudantis, clássicas das primeiras décadas, existiram, também, as de Anistia, dos movimentos sociais urbanos diversos, como por articulações sindicais independentes e de oposição, comissões de fábrica e outros grupamentos característicos da época que se espalharam pelo Brasil com novos personagens no terreno das lutas sociais. Assim, segundo Paoli, Sader e Telles(1983, p. 130):

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para suacoopção, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da luta política no País. (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 130).

Os movimentos sociais, portanto, localizavam-se em entidades e possuíam diversas estratégias, estando presentes em clubes de mães, associações de moradores, centros populares, comissões de fábrica, oposições sindicais, manifestações públicas, greves, assembleias populares, abaixo-assinados, ocupações urbanas e quebra-quebras. Não obstante ainda existiam as áreas de estudo que conviviam concomitantemente a esses movimentos.

“Ética na Política” fora um movimento ocorrido no início dos anos de 1990 que teve como grande importância histórica a contribuição decisiva para a deposição do então presidente da República Fernando Collor de Melo, contribuindo, também, para o ressurgimento dos movimentos estudantis “caras-pintadas”. À medida que as políticas neoliberais avançavam, outros movimentos sociais surgiam, sendo o caso dos sujeitos que eram contra as reformas estatais; a Ação da Cidadania contra a Fome; os movimentos de desempregados; as ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário e as lutas

de categorias profissionais que emergia através do crescimento da economia informal e dos transportes urbanos, por exemplo(GOHN, 2011).

Grupos de mulheres e LGBTQIAPN+ organizaram-se na década de 1990 a fim de conscientizar direitos e frentes de luta contra discriminações diversas (GOHN, 2011). O movimento LGBT se constituiu em passeatas, atos de protesto e grandes marchas anuais de modo a criticar a sociedade perpetrada por ideais machistas e fobias às sexualidades não heteronormativas. O mesmo ocorreu com o movimento negro que deixou de ser predominantemente voltado às manifestações culturais para ser, sobretudo, de construção de identidade e luta contra a discriminação.

Não se pode esquecer dos jovens que criaram movimentos sociais, como os de música nas áreas de protesto: rap, hip hop, etc.Outros movimentos de igual importância foram o de protestos indígenas, dos funcionários públicos e dos ecologistas. Os primeiros cresceram em organização e quantidade, lutando pela demarcação das terras e pela venda dos produtos a preços justos em mercados competitivos. Os segundos organizaram-se em associações e sindicatos contra reformas do governo que retiravam, gradualmente, os direitos sociais, reestruturando as profissões e arrochando salários em prol de ajustes fiscais. Os terceiros proliferaram após a Conferência da Eco-92, originando as Organizações Não-Governamentais (ONGs)(GOHN, 2011).

Os novos movimentos sociais presentes no Brasil se constituíram em força condutora no processo de redemocratização do país, passaram a combinar o aparecimento do “novo sindicalismo” e a constituição de experiências políticas inovadoras definidas como classistas, como a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no início dos anos 80 e a questão de terras da década de 70, conforme afirmado por Medeiros (2012).

Os “novos movimentos sociais”, contemporâneos, se constroem a partir dos anos 2000 como formas de reivindicação dos novos atores sociais e, também, dos clássicos através da construção de inovações nas maneiras de sociabilidade, organização, mobilização e formação de identidades coletivas que valorizam o plano cotidiano e a realidade em espaços privilegiados para a luta política (MORO; MARQUES, 2011). Os mesmos autores complementam afirmando que os movimentos populares urbanos como uma atuação de reivindicação desses sujeitos a partir de heterogeneidades presentes em diversas pautas políticas apresentadas por vários grupos sociais, como os do movimento urbano; os de saúde pública; os de mulheres; os artístico-culturais; os raciais, etc.

Vale ressaltar o caráter conciliatório que alguns desses movimentos adotaram a partir principalmente de 2003 com a eleição do partido dos trabalhadores para o comando do poder

executivo, notadamente a CUT se associou cada vez mais a política formal com a eleição de sindicalistas para diversos cargos políticos e vinculações a executivo, desta forma passou a se adequar as pautas das classes dominantes ficando assim evidente o deslocamento político da CUT na luta de classes, já que o programa que outrora era essencialmente contra-hegemônico foi substituído por um a serviço da manutenção ordem (TEIXEIRA, 2015).

Diante dos fatos apresentados entende-se que os novos movimentos sociais possuem características distintas dos tradicionais, assim como são diversas as formas de manifestação e motivação para a criação dos grupos sociais recentes, ou seja, sai-se do tradicional, voltado à questões relacionadas à trabalho e ingressam em diversos outros ambientes, como movimentos de discussão de gênero, políticos, em defesa de animais, natureza, de uma forma geral, entre outros, o que não descaracteriza as mobilizações.

## CAPÍTULO II

### O MOVIMENTO NEGRO: PROBLEMATIZAÇÕES SURGIDAS

Este capítulo apresenta as problematizações que se concentraram no movimento negro. Serão tratados conceitos de relevância como a formação da identidade e a importância histórica da identidade negra, raça e racismo e os estereótipos formados na sociedade e que permanecem no imaginário e comportamentos até os dias de hoje.

#### 2.1- Os movimentos negros no Brasil e a relação com a estruturação do racismo

##### 2.1.1 *Identidade e identidade negra*

As diferenças percebidas entre “nós” e os “outros” constituem ponto de partida para formar diversos tipos de preconceitos, práticas discriminatórias e construção de ideologias decorrentes. Ao inserir as diferenças como ponto de partida pretende-se evitar a confusão que se estabelece na fronteira entre o conceito de preconceito racial e os demais baseados sobre outros tipos de diferenças (MUNANGA, s/d).

Historicamente pode-se dizer que os preconceitos se originaram de classes sociais, assim sendo permeadas por sentimentos de superioridade e inferioridade. Trata-se, portanto, de um conjunto de sentimentos e atitudes que podem ser verbalizados sob forma de opiniões, sendo sempre acompanhada de uma justificativa. As variadas maneiras de preconceito podem levar à inúmeras formas de discriminação, mas o que interessa a essa pesquisa é o preconceito racial que será exposto mais adiante.

Gomes (s/d) traz o conceito de identidade ao afirmar que a popularização do termo é enorme e cada vez mais difusa, vigorando quase como já numa espécie de clichê, encorajando um uso mais irresponsável e relaxado do termo. A partir disso pode-se questionar a complexidade ainda maior quando se fala sobre a identidade negra. Segundo Munanga (1994, p. 177-178):

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através de seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si e a definição dos outros têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

Novaes (1993) aponta a identidade como algo que só pode ser usada no plano do discurso e aparece como recurso para criar um “nós coletivo” – de indígenas, mulheres,

negros, etc. -, se tornando um recurso indispensável ao sistema de representações de um determinado grupo social que terá condições e reivindicar, para si, o espaço social e político de atuação em situações de confronto. Adesky (2001) destacou que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação.

No Brasil, a movimentação do reconhecimento sobre a identidade negra se fez mais presente e visível na década de 1980, com o início do processo de reabertura política. É indispensável pensar sobre a construção da identidade negra como algo a ser constantemente discutido enquanto processo amplo e complexo. Enquanto sujeito social, essa reflexão se dá no âmbito da cultura e da história que definimos como identidades sociais por constituírem sujeitos na medida em que são interpelados a partir de diversas situações, instituições e agrupamentos sociais.

Nesse sentido, a identidade negra se constrói, gradativamente, num movimento que envolve muitas variáveis, causas e efeitos desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo que se inicia na família e cria ramificações e desdobramentos a partir das relações estabelecidas com outros sujeitos. Essa identidade deve ser compreendida como uma construção social, histórica, cultural e plural ao implicar uma percepção pelo olhar de determinado grupo étnico/racial ou de sujeitos pertencentes a um mesmo grupo cultural, sobre si e sobre os outros(GOMES, s/d).

Para entender a construção da identidade negra no Brasil é preciso considerá-la em sua dimensão subjetiva e simbólica, além do seu sentido político, pois, segundo Munanga (1994, p. 187):

Tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo e, também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil(MUNANGA, 1994, p. 187).

É necessário, ainda, avançar no estudo sobre o significado de “raça” dentro da sociedade brasileira que, ora assume o sentido e ressignificação política dada pelos próprios sujeitos negros, ora se coloca como categoria social de exclusão (MUNANGA, 1994). Segundo o autor, é essa reflexão que ajudará a desvendar a especificidade do racismo no país, a fim de compreender melhor os discursos antirracistas. Não se pode esquecer, contudo, que a

identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos – a escola, aqui, tem responsabilidade social e educativa.<sup>2</sup>

### *2.1.2 Raça e Racismo*

O termo “raça” se refere ao segmento negro e produz uma série de discussões constantes no campo das Ciências Sociais e na vida diária do povo brasileiro. Segundo Gomes (s/d), quando se pergunta “Qual é sua raça?” a uma determinada pessoa, nem sempre ela recebe uma resposta positiva da outra, alguns podem ficar desconcertados. Essa reação diversa devido ao uso do vocábulo “raça” para nomear, identificar ou falar sobre sujeitos negros deve-se ao fato de que remete a palavra ao conceito de “racismo”, aos ranços da escravidão e às imagens que se constroem sobre o “ser negro” e o “ser branco” no país (GOMES, s/d).

Todavia, é preciso compreender o que se quer dizer quando se usa o termo “raça”, pois ele vai adquirir um sentido e um significado de acordo com o contexto no qual está inserido. O Movimento Negro, por exemplo, usa o termo com uma nova interpretação que se baseia na dimensão social e política da palavra “raça”; ou seja, para reafirmar a existência do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Segundo Gomes (s/d), a discussão sobre relações raciais no Brasil é permeada por diversos termos e conceitos que, muitas vezes, causam discordâncias entre autores, intelectuais e militantes com perspectivas teóricas e ideológicas distintas, podendo depender, ainda, da área de conhecimento e do posicionamento políticos destes.

Os termos e conceitos revelam a teorização sobre a temática racial, assim como as diferentes interpretações que a sociedade brasileira possui a respeito das relações sociais, sendo necessário, portanto, destacar a importância dos movimentos sociais nesse ínterim, em particular do Movimento Negro que redefine e redimensiona a questão social e racial no país, dando-lhe uma interpretação e dimensão política. Nesse sentido, entende-se que os

---

<sup>2</sup> Cabe reforçar a importância de alguns movimentos culturais para a construção e reafirmação da identidade negra e para o desenvolvimento do movimento negro no Brasil tal como o movimento Soul, depois batizado de Black Rio que se popularizou entre a juventude negra, e o próprio samba que se originou com os batuques trazidos pelos africanos e que nos anos 1930 ganhou espaço na indústria fonográfica, já nos anos de 1970, figuras importantes ligadas ao samba criticavam combatiam o embranquecimento das escolas de samba e criaram a Escola Quilombo, em cujo manifesto de fundação dizia: “Respeito mitos e tradições. Trago um canto negro. Busco a liberdade. Não admito moldes.

movimentos sociais negros não cumprem apenas a tarefa de denunciar, mas também reinterpretar a realidade social e racial brasileira, além de reeducar a população nos meios políticos e acadêmicos (GOMES, s/d).

O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que estão intrínsecas na sociedade brasileira, sendo, por consequência, a chave para compreender as desigualdades sociais ainda presentes. É importante destacar que metade da população brasileira é negra e a maior parte da mesma é pobre. As distâncias que separam brancos e negros, em pleno século XXI, se expressam nas relações interpessoais diárias e tem reflexos nos acessos desiguais a bens e serviços públicos e particulares, como o mercado de trabalho, o ensino superior e o gozo de direitos civis, sociais e econômicos. Não obstante também se pode considerar outros processos responsáveis por essa exclusão, como a invisibilidade da população negra, a condição de pobreza em que foram colocados e, sobretudo, a negação aos direitos universais após a abolição da escravidão em 1888 (CICONELLO, s/d).

Em resumo, o racismo é um conjunto de ideias e imagens referentes a grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores e não se exprime apenas através de um comportamento, uma ação resultante da aversão, como pelo ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais, como cor de pele, tipo de cabelo e biotipo físico. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou crença particular como única e verdadeira. (GOMES, s/d).

Segundo Borges, Medeiros e d'Adesky(2002),o racismo é um comportamento social presente historicamente na humanidade e se expressa através de várias formas e em diferentes contextos e sociedades, entre elas a individual e institucional. Na primeira se manifesta por meio de atos discriminatórios cometidos por sujeitos contra outros indivíduos; já a forma institucional implica em práticas de discriminação sistemática fomentadas pelo próprio Estado ou com o seu apoio indireto, se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e subempregos.

Esses autores observam que o Brasil foi diferente no tratamento relacionado ao racismo em relação a outros países, como os Estados Unidos e a África do Sul ao não estabelecer um regime jurídico de segregação da população negra, fato este que coloca o país como um exemplo de integração racial. Ao mesmo tempo, o processo de miscigenação ocorreu com maior frequência ao ser comparado a outros lugares, servindo de insumo para criar a teoria social da democracia racial que vigora até os dias atuais.

Esse mito foi construído como um avanço sociopolítico na década de 1930 enquanto se consolidava o “racismo científico” com características eugênicas. Assim sendo, pode-se

dizer que, ao mesmo tempo em que incorporava a presença da contribuição negra na formação nacional, naturalizava os espaços subordinados que negros e negras ocupavam na sociedade, invisibilizando as relações de poder entre negros e brancos. O resultado é uma sociedade em que o racismo e as desigualdades sociais dele resultantes não se revelam nem se debatem, apenas existente.

Esse cenário começa a mudar com o processo de resignificação do ser negro que tenta vencer os estereótipos criados de forma negativa sobre a negritude que são, a todo momento – até os dias de hoje – reproduzidos pela mídia e nas relações sociais. Valorar a negritude tem como consequência o questionamento de lugares sociais de subordinação em que a população negra se insere, o que gera uma mudança na autoestima da população negra e uma maior consciência das desigualdades raciais alimentadas pelo racismo. Isso tem sido intensificado nos últimos trinta anos junto ao fortalecimento dos movimentos negros que tem trazido grandes debates sobre o racismo e os preconceitos consequentes (CICONELLO, s/d).

É importante ter em mente que a estrutura racial existente no Brasil mantém privilégios e alimenta a exclusão e as desigualdades raciais, produzindo uma sociedade dividida. Com isso, percebe-se que a omissão do Estado não pode nem deve mais ser tolerada ou mesmo aceita, pois as desigualdades são aparentes. É necessário que haja uma fratura social para que se implemente políticas e ações que promovam a igualdade racial no Brasil, de fato, construindo um país verdadeiramente justo, livre e democrático que supere o racismo e permita que a população negra seja integrada, de forma emancipada e digna, à sociedade(CICONELLO, s/d).

Atualmente o conceito de “raça” não tem caráter biológico, mas carregado de ideologias ao esconder uma relação não proclamada: a de poder e dominação, como afirma Munanga(2003). Guimarães (2003) traduz a forma de ver o conceito de raça como algo que não pode existir simplesmente para classificar a humanidade de forma biológica, concordando com Munanga (2003), mas dentro de análises sociológicas. Guimarães (2003, p. 96) afirma que:

(...), as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem. As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre gerações. Esse é o terreno próprio às identidades sociais e o seu estudo trata desses discursos sobre origem. (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

O termo “raças sociais” apresentado por Munanga (2003), no sentido biológico, que nada mais é do que a ideia de raça expressada nas manifestações sociais. Assim é possível

pensar o vocábulo “raça” para os movimentos sociais negros apresentando uma identificação com estas condições, pois os objetivos da luta negra passam a focar no combate contra a exclusão social do negro e a denúncia sobre o racismo instaurado e estruturado.

## **2.2 O movimento negro e seu processo próprio de formação de resistência**

A luta negra através dos movimentos se intensifica a partir do início do século XX quando o movimento social passa a se organizar em torno de políticas e ações afirmativas. Essas ações constituem em movimento de luta política pela correção de igualdades raciais, como lócus em que confluem princípios gerais de outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos. Nesse interim, por exemplo, a Universidade passou a se dedicar em perceber a presença dos negros, mas a pequena parcela destes nos bancos de universidades públicas, estando subrepresentados em alguns cursos acadêmicos. Com isso, temas como diversidade, desigualdade racial e vivência da juventude negra passam a ser parte integrante do contexto acadêmico. Contudo, é nessa luta que o movimento negro tem se refletido e atuado como protagonista de um processo que compreende a luta política e a contribuição desta para mudanças epistemológicas na Universidade e nos rumos que cercam o conhecimento científico(GOMES, 2011).

Outro tópico que passa a existir com ainda mais força é a discussão sobre o que é ser negro no Brasil. Não somente no interior das universidades ou das militâncias negras, esse diálogo e debate também passa a outros meios, como nos órgãos governamentais, no debate público, na mídia e nas escolas de educação básica. Os ativistas negros são convidados a falar e explicar todo o saber acumulado na militância sobre a construção da identidade negra e as tensas relações entre negros e brancos existente no país. São intelectuais convidados a escrever livros didáticos, publicar pesquisas, construir artigos científicos e colocar a questão racial nos mais diversos pontos de debate, tocando a questão da identidade como algo de extremo valor a ser colocado em pauta(GOMES, 2011).

Munanga (1999, p. 15), por fim, afirma que “essa ideologia, caracterizada, entre outros, pelo ideário de branqueamento roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e alienar o processo de identidade de ambos”. Essa afirmação nos permite compreender que a branquitude atrapalha a construção e formação da identidade do povo negro, sendo algo que ainda reflete nos dias de hoje, assim como a questão do posicionamento social feminino, onde ambos foram historicamente silenciados e colocados à margem da sociedade.

## *2.2.1 Movimentos sociais negros no Brasil – processo histórico de construção identitária*

O movimento negro, no Brasil, tem sido o principal protagonista de uma luta contra o racismo instaurado e estruturado, assim como contra as enormes distâncias que separam negros e brancos. Trata-se, portanto, de organizações, fóruns, redes e grupos – formais e informais – de negros que, mesmo plural, possuem como objetivo central a luta antirracista e a superação das desigualdades raciais (CICONELLO, s/d).

Apesar de os Movimentos Sociais Negros brasileiros serem heterogêneos em face das múltiplas organizações negras e das diferentes maneiras de formulação, proposição e execução dos projetos de combate ao racismo ou das distintas perspectivas de agir politicamente nessa luta é interessante demonstrar que existe uma forma de combate ou instrumento de luta que é consensual entre os movimentos; a luta por educação formal e a reivindicação de políticas educacionais não eurocêntricas (SANTOS, 2007).

Sabe-se que o movimento negro é um dos mais antigos do Brasil, pois já existia no período escravocrata – século XVII. Muitos, então, foram os relatos de movimentos liderados por negros escravizados, como os quilombos, por exemplo (SANTOS, 2007). Segundo Bastide e Fernandes (1955, p. 89):

O desmazelo, o descuido e o afrouxamento no trabalho; a tentativa de suicídio, de aborto ou de fuga; a rebelião e o ataque ao senhor ou aos seus prepostos. A documentação demonstra que tais eclosões de desajustamentos e conflitos sociais, inerentes ao próprio regime servil brasileiro ocorreram abundantemente em São Paulo. Em consequência, o recurso aos castigos corporais, às torturas, ao tronco, aos capitães do mato e à repressão policial, não foi aqui menos intenso que em outras regiões do país. (BASTIDE; FERNANDES, 1955, p. 89).

O afrouxamento no trabalho ou a recusa do mesmo foi uma das primeiras formas de luta dos cativos contra o racismo. Era uma luta de difícil percepção para os dirigentes políticos da época, pois estava internalizada pelos negros escravizados. Apesar de temida, causava menos preocupação do que as rebeliões quilombolas, pois era uma luta do escravizado individualizada, controlável por meio de castigos (FERNANDES, 1955; GORENDER, 1988).

A luta quilombola, em contrapartida, por ser de organização coletiva, tornava difícil o controle, sendo considerada mais perigosa, vez que se desenvolvia à margem do sistema escravista, escapando a qualquer forma de controle. Além disso, sem incentivos materiais e morais, os escravizados negros autobloqueavam o “espírito de competição” entre eles, tornando a produção escravista limitada, minando, então, a escravidão internamente e o racismo inerente. Isso foi, também, importante para o processo de desestruturação do regime escravista e o surgimento do trabalho livre no Brasil (SANTOS, 2007).

Outro tipo de luta contra a escravidão e o racismo, conseqüentemente, foi a rebeldia coletiva dos escravizados contra o sistema em vigor. Esses sujeitos não só atacavam os senhores e seus pressupostos, como também fugiam das fazendas e formavam quilombos (MOURA, 1981). Pode-se inferir, então, que os quilombos foram provas concretas de confronto mais contundente dos movimentos sócio-políticos organizados pelos negros no Brasil contra o sistema de escravidão (SANTOS, 2007). Moura (1981, p. 44-45) afirma, portanto, que:

Dentro da estrutura social da colônia, ou melhor, dentro da situação de negação à ordem escravista, o quilombo tinha de se defender constantemente da repressão dos senhores. Daí, desde o início, terem se dedicado, com esmero, a sua preparação militar. No início (...) o pequeno quilombo era um grupo armado. Os grandes e médios já se estruturavam objetivando defender a sua população e a sua economia. Para isto tinham de manter uma hierarquia militar e um contingente armado que mantivesse a tranquilidade dos que trabalhavam contra as incursões dos escravistas. Essas forças inicialmente organizadas para ataques e escaramuças contra elementos armados das fazendas, engenhos e povoados que eram invadidos pelos quilombolas, com o tempo foram sendo modificadas e estruturadas a nível de uma tropa que visava, fundamentalmente, defender a área, a população e a economia do quilombo, passando a ter um papel defensivo. Palmares que, inicialmente, tinha apenas pequenos grupos que incursionavam pelas redondezas, passou a estruturar um exército (MOURA, 1981, p. 44-45).

Havia, portanto, articulações entre os quilombolas, os escravizados dos engenhos e das cidades que tinham o objetivo de montar rebeliões contra a escravização de seus semelhantes. Além disso, possuíam relacionamentos econômicos entre os aquilombados e as populações das cidades vizinhas(MOURA, 1981).

No século XIX, o movimento abolicionista lutava pelo fim da escravidão, sendo também considerado um exemplo de luta histórica da população negra por sua emancipação (CICONELLO, s/d). Aqui os movimentos começaram a se intensificar e a luta dos escravizados contra a escravidão disseminava-se (MACHADO, 1994), já que o sistema escravagista perdia cada vez mais o controle disciplinar sobre os indivíduos escravizados (SANTOS, 2007).

O pânico aumentava perante possíveis rebeliões na província de São Paulo, por exemplo(AZEVEDO, 1987). Por conta disso, os fazendeiros paulistas perceberam as preocupações de Joaquim Nabuco quanto à necessidade de que a abolição fosse realizada pela classe dirigente brasileira e não conquistada pelos ex-escravizados, o que os fez “apoiar” o fim da escravidão negra no país (SANTOS, 2007).

As primeiras formas de luta coletiva organizada contra o racismo após a abolição da escravidão no Brasil apareceram mais visivelmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro

com a disputa com homens brancos, principalmente no mercado de trabalho(ANDREWS, 1998; HASENBALG, 1992).

Ao que tudo indica, foi em áreas de lazer e recreação que apareceram as primeiras formas de luta de pretos e pardos contra a discriminação racial, onde uma parte da “elite negra” formou associações que tinham por intuito agregar os sujeitos afro-brasileiros, especialmente através de bailes. Todavia, esses indivíduos eram sempre barrados, tendo que criar suas próprias áreas de lazer e recreação(SANTOS, 2007). Com isso, sabe-se que os “primeiros jornais – basicamente com força em São Paulo, capital e interior – estavam vinculados a sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes” (GOMES, 2005, p. 29).

Para reverter o quadro de marginalização nesse período, os libertos, ex-escravizados e seus descendentes instituíram movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando dezenas de grupos – grêmios, clubes ou associações – em diversos estados da Nação. Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/Rs, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundada em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”(DOMINGUES, 2007).

Em conjunto surgiu a “imprensa negra”, ou seja, jornais publicados por negros e elaborados para tratar questões diversas de sua própria “origem” e cultura diária. Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi “A Pátria”, de 1899, tendo como subtítulo “Órgão dos Homens de Cor”. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: “O Combate”, em 1912; “O Menelick”, em 1915; “O Bandeirante”, em 1918; “O Alfinete”, em 1918; “A Liberdade”, em 1918; e “A Sentinela”, em 1920. No município de Campinas, “O Baluarte”, em 1903, e “O Getulino”, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930

contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira(DOMINGUES, 2007).

Segundo Santos (1985), a primeira definição de movimento negro teria nascido em 1931 com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) como uma resposta “em condições históricas dadas, ao mito da democracia racial”. Foi com a Frente Negra Brasileira de 1930 que os negros tomaram maior destaque, pois esta tornou-se a maior organização política da época, surgindo, como afirmou Andrews (1998), reação à discriminação e à segregação racial. Com isso formou-se, então, o elemento aglutinador para a criação das organizações de negros em São Paulo nessa eram através dos termos “raça” e “cor”. Mais tarde, nos anos 70, a busca pela “consciência da negritude” em oposição ao “branqueamento” torna-se um aspecto de fundamental importância para a construção de identidades negras positivadas. Foi de extrema importância para o povo negro, também por tornar possível a existência de dois tipos de organizações criadas por negros: a “imprensa negra” e os “grêmios, clubes ou associações de negros”.

A UHC (União dos Homens de Cor) foi fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943 com a finalidade central de “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”(DOMINGUES, 2007, p. 108).

A segunda fase do movimento negro brasileiro ocorreu no século XX durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945). Segundo Pereira (2008), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Teatro Popular Brasileiro, assim como a Associação dos Negros Brasileiros são organizações criadas para caracterizar esse momento. Pereira (2008) afirma que nenhum desses movimentos tinha por intenção buscar a mobilização de massa, mas representavam a vontade de afirmação da dignidade, de busca de reconhecimento social e igualdade, da grande maioria do povo negro.

Costa (2006) afirma que o TEN buscava inspiração no movimento Negritude que possuiu enorme importância nos debates intelectuais contra o racismo e o colonialismo na primeira metade do século XX. Diante disso é importante destacarmos a realização, pelo TEN, a I e II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946) e do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950.

Durante a década de 1970, no Brasil, o combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial buscavam a afirmação de uma identidade racial negra positivada que caracterizou o movimento negro contemporâneo do país. Naquele momento, a opção pelo uso da ideia de raça como instrumento de construção estrutural atingia a população negra, sendo considerada uma saída encontrada pelo movimento social negro para se constituir em meio às propagandas oficiais da “democracia racial”, levadas a cabo pelos governos militares de 1964.

Em meados da década de 1980 fora criado, em Belém, o cartaz intitulado “Consciência Negra no Brasil”, elaborado pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) e divulgado no final dos anos de 1990. Em 1978 ocorreu, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, um ato público em protesto pela morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a proibição da entrada de quatro jovens jogadores de vôlei no Clube Regatas Tietê por serem negros. Esse ato teve como consequência a formação do Movimento Negro Unificado (MNU).

O surgimento do MNU é considerado o marco principal da formação do movimento negro contemporâneo no Brasil da década de 70. Reconhecendo essa formação, o movimento lutou contra a ditadura militar vigente no país e constituiu-se, como Costa (2006, p. 144) afirmou num “movimento popular e democrático”, acrescentando ainda que:

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, quanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento. (COSTA, 2006, p. 144).

Verifica-se nesse movimento que uma característica importante do movimento negro contemporâneo é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de Princípios” do MNU, sendo essa a razão principal para o surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares, fundado em 1971. Esse grupo elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil e, em 1971, deu o criou o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de novembro.

Em fins dos anos de 1980, as diferenças socioeconômicas entre a população de origem negra e a branca tornaram-se uma questão importante e indispensável para a agenda política do Brasil (NEVES, 2005). Em 1988, por exemplo, a história brasileira foi marcada pelo

restabelecimento do Estado Democrático de Direito com o fim da ditadura militar, a promulgação da nova Constituição Federal e a igualdade de direitos, assim como a criminalização do racismo. Nesse ano, também, marcou-se o centenário da escravidão brasileira e um novo patamar na luta antirracista, pois o Estado começava a reconhecer sua omissão histórica, sendo pressionado a implementar medidas de promoção da igualdade racial(CICONELLO, s/d).

Em 1920, os jornais mudam de linha editorial, passando a divulgar não somente acontecimentos sociais, mas assuntos de natureza social e econômica, principalmente política. Consequentemente trouxeram à tona a questão racial, acabando no combate à discriminação racial por meio de denúncias e protestos publicados em periódicos negros. (ANDREWS, 1998; PINTO, 1990). Nesse período os jornais negros objetivavam discutir a existência dos negros no período pós-abolição, assim como os problemas ligados à discriminação racial a que esses sujeitos estavam submetidos, formando uma “Imprensa Negra”(SANTOS, 2007).

Em 1931, como reação ao descaso e à exclusão a que foi relegada a população negra no país surgiu a Frente Negra Brasileira que chegou a reunir mais de 100.000 filiados. Foi esse o primeiro grande movimento político organizado da população negra, que sofreu muitas perseguições e foi fechado em 1937 por conta do regime autoritário instaurado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Outro marco importante nessa luta foi o surgimento, em 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU) em plena ditadura militar, no qual negros e negras iam às ruas denunciar e exigir providências contra os atos racistas e medidas sobre o assassinato de um operário negro(CICONELLO, s/d).

A organização da Frente Negra tinha fins explicitamente políticos porque entendiam a defesa dos negros e de seus direitos como algo a ser alcançado diante de uma participação mais ampla e direta nas esferas social, econômica, educacional e política(ANDREWS, 1998). Antes de se tornar um partido político, essa organização funcionou como grupo de pressão conseguindo algumas vitórias importantes, como a permissão para admissão de negros na Guarda Civil (GOMES, 2005). Todavia, essa Frente tinha preocupação primordial e central com a educação, sendo a primeira na luta que se localizava no campo educacional(NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2004).

Em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN) é fundado por Abdias do Nascimento no estado do Rio de Janeiro, sendo considerada uma das organizações negras mais importantes na luta contra o racismo durante a Segunda República (1945-1964). A ideia era formar atores e dramaturgos negros capazes de ler a realidade racial brasileira e resgatar a herança africana social, relegada pelo eurocentrismo presente (SANTOS, 2007).

Pode-se, então, afirmar que a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) foram movimentos que ganharam destaque no início do século XX por questionarem o projeto nacional sobre a cidadania do negro no Brasil republicano e a questão racial, tomada como ponto de partida da união entre variados grupos que se organizaram no período(SANTOS, s/d).

A Segunda Fase do Movimento Negro organizado na República (1945-1964) que vigora até o ano da ditadura militar foram caracterizados por extrema violência e repressão política, inviabilizando qualquer movimento de características contestatórias. Com a queda de Vargas ressurgiu o movimento negro organizado que ampliou seu raio de ação (DOMINGUES, 2007). Segundo Guimarães (2002, p. 88), o protesto negro aumentou por muitas razões:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 2002, p. 88).

Dessa época, um dos principais agrupamentos foi a União dos Homens de Cor. Também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Já na década de 1950, os representantes da UHC foram recebidos pelo então presidente Getúlio Vargas que recebeu inúmeras reivindicações a favor da “população de cor”(DOMINGUES, 2007).

No período entre os anos de 1964 e 1985 – de ditadura militar e processo de redemocratização brasileira – ocorreu um grande fluxo e refluxo nos movimentos sociais do país, especialmente entre as décadas de 1964 e 1977. É irredutível considerar importante o conhecimento sobre os movimentos negros da época. Sabe-se, então, que essas organizações não desapareceram por completo, conforme Andrews (1998) aponta.

O que se depreende desse sumiço é que esse foi um período de extremo cuidado para os movimentos antirracistas, principalmente de caráter político, o que exigiu de seus integrantes grande discrição. O auge da ditadura militar impossibilitou a existência de liberdade de pesquisa ou discussão sobre a questão racial no país. (SANTOS, 2007). Segundo Hasenbalg(1995, p. 360):

O período que vai aproximadamente de 1965 até o final da década de 1970 não foi dos mais estimulados para pesquisar e escrever sobre as relações raciais no Brasil: o tema racial passou a ser definido como questão de “segurança nacional”. Em 1969, as aposentadorias compulsórias atingiram os mais destacados representantes da escola paulista de relações raciais. Além disso, houve falta de dados: por “motivos técnicos” a pergunta sobre a cor foi eliminada do Censo Demográfico de 1970. (HASENBALG, 1995, p. 360).

Durante esse período de ditadura militar, então, a questão racial foi debatida nos mais diferentes círculos intelectuais negros, não existindo qualquer movimento de massa até a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. (MNUCDR) (SANTOS, s/d).

Mesmo diante um período militar de grande repressão social várias entidades negras se rearticularam em nível nacional para formar uma frente de luta mais ativa contra o racismo. (MNU, 1988). Tinham caráter mais cultural e preocupavam-se com a autoafirmação cultural dos afro-brasileiros, não possuindo propostas de ação política para enfrentar. A partir desse momento, os movimentos negros retornaram às ruas querendo participação autônoma e ativa no espaço público brasileiro. Um exemplo já concreto, em 1974, era o bloco baiano Afro Ilê Aiyê que participou do carnaval em Salvador pela primeira vez com uma música que apresentava e afirmava a identidade negra e enquanto bloco de carnaval. Em 1978 cria-se o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que, em dezembro de 1979, simplificou o nome para Movimento Negro Unificado (MNU) (SANTOS, 2007).

Na década de 1970 diversos foram os grupos intelectuais que se organizaram com o objetivo de debater a questão racial. O Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em São Paulo; o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), no Rio de Janeiro; e o Grupo Palmares, em Porto Alegre, são alguns exemplos de entidades negras que se desenvolveram no decorrer da ditadura civil-militar brasileira. Estes grupos trouxeram diversas problemáticas sobre a questão racial. As intelectualidades na década de 70 foram forjadas, pois a formação universitária da geração foi fator determinante na história do movimento negro no Brasil, principalmente porque teve pouco acesso aos ambientes acadêmicos (SANTOS, s/d).

A Revista *Tiçã* do Grupo Palmares (RS) apresentou aos leitores de seus periódicos uma série de matérias e artigos que percorriam a linha de “raças sociais” ao manifestar diversos discursos de denúncia sobre racismo e apresentar uma ideia de valorização do sujeito negro como agente social (SANTOS, s/d).

Os anos de 1980 marcaram, significativamente, uma fase antinacionalista do movimento negro, em que a estratégia era a de combater a ideologia nacionalista ao reivindicar a diversidade cultural e étnica do país, mostrando que os sujeitos afro-brasileiros sempre foram tratados como outros, colocados sempre à margem da sociedade. Com isso passou a se denunciar os efeitos da ideologia do branqueamento, buscando demonstrar que as clivagens sociais existentes podiam ser traduzidas em termos raciais. Para tanto, o movimento negro buscou criar uma comunidade de interesses em torno da origem africana ao retrabalhar

os símbolos da cultura afro-brasileira para criar um protótipo do negro brasileiro com o qual toda população negra se identificasse (NEVES, 2005).

A década de 90 marca uma nova fase para a luta dos Movimentos Sociais Negros brasileiros contra o racismo, pois passava a mobilizar e sensibilizar outros setores sociais brasileiros sobre o problema da questão racial no país, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), por exemplo, todavia isso não significou a inclusão da questão racial na agenda política brasileira – que acontecerá apenas a partir dos anos 2000(SANTOS, 2007).

Na primeira metade da década de 1990, o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), central sindical que aglutinava os sindicalistas da esquerda, manifestou-se em favor de uma abertura maior do sindicalismo brasileiro às demandas de maior igualdade racial no mercado de trabalho. Junto a isso, muitos partidos de esquerda passaram a incorporar, em seus programas de campanha, medidas para diminuir as disparidades raciais. O Movimento Negro, então, recoloca uma discussão que marca a sociedade brasileira desde o século XIX em pauta: Qual o papel do negro na sociedade brasileira? O movimento passa a reivindicar uma identidade negra pautada na origem comum dos descendentes de escravizados(NEVES, 2005).

Em 1995 houve a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida por motivo dos 300 anos de morte do principal líder negro do país. A Marcha levou mais de 30.000 militantes negros às ruas, apresentando ao presidente uma série de reivindicações(CICONELLO, s/d).

Lopes (2004) define, então, o Movimento Negro como um conjunto de entidades privadas, integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos direitos de cidadania dos povos negros. Entende-se por entidades negras as organizações com regimento interno, estatuto, carta de princípio ou outros documentos que formalizam essas instituições, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU), surgido em 1978.

Atualmente, o movimento negro possui estratégias diversas, expressando-se de diversas formas e através de muitas organizações, como o MNU, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). É importante considerar que o principal papel do movimento negro é despertar a consciência da população brasileira sobre os efeitos e causas do racismo, além de propor e reivindicar da sociedade e do Estado medidas concretas de superação das desigualdades raciais. Nesse sentido, a luta tende a se desenrolar, paralelamente, à implementação de políticas públicas, para além da superação das desigualdades raciais, de modo a desmanchar os estereótipos, preconceitos e ideologias que o Movimento Negro é constituído de variados tipos de organizações negras: religiosas,

políticas, culturais, artísticas e acadêmicas, por exemplo(SANTOS, 2007).As fases do movimento negro podem, portanto, ser sintetizadas no quadro 1.

**Quadro 1:** Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contundente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África	<i>Afrocentrismo</i> , movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial

Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé)

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)
Dia de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de rememoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez

Fonte: DOMINGUES, Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.

Entende-se, portanto, que os movimentos sociais no Brasil vêm ocorrendo desde muito antes do século XIX, contudo se intensificou a partir da década de 70 por conta de fortes movimentos de oposição ao regime militar que estava em vigência na época, mantendo uma forma de luta social e forte resistência. É indispensável dizer que cada movimento socialmente construído forjou processos de construção de identidade, formas de atuação individual e coletivas e discursos de características próprias. Imediatamente criou-se pequenos grupos que movimentaram espaços para decisões políticas e construção da Constituinte de 1988(MEDEIROS, 2012).

Nesse sentido, os novos movimentos sociais dominaram a discussão sociológica da década de 1980, tornando o estudo sobre esses movimentos reconhecidos e tomados de forças sem precedentes. Durante a década de 90, então, os novos movimentos sociais tornaram-se frutos de demandas sociais, como o Movimento de Mulheres e o Movimento Negro, o Movimento Indígena, entre outros.

Durante o século XXI observa-se que o surgimento de uma “rede de movimentos sociais” com claro objetivo de fortalecer o papel da sociedade na esfera pública e defesa radical dos valores democráticos com autonomia dos movimentos sociais em relação ao poder público e, de certo modo, também de Partidos Políticos. Nesse interim, os conselhos de políticas públicas tornaram-se um amparo para que as classes menores fossem ouvidas e pudessem contribuir na criação de políticas públicas que atendessem às necessidades desses grupos sociais, logo tendo atuação dos sujeitos pertencentes que materializariam a participação social da população (MEDEIROS, 2012).

#### *2.2.2O movimento negro em Seropédica*

Para compreender a ação da Pastoral Negros é necessário voltar um pouco no tempo e entender como a Igreja Católica se posicionava, historicamente, diante os processos de racismo e preconceito existentes no Brasil. O combate ao racismo por parte da Igreja Católica não era presente devido à mentalidade escravocrata da época, onde o sujeito negro ocupava lugar de subordinação, sendo indesejado e sem serventia para a vida religiosa.

Com as mudanças ocorridas após o Concílio houve um aumento da prática eclesial voltada aos contextos sociais, abrindo-se para os problemas do mundo moderno e se propondo a atualizar-se como forma de responder aos apelos do Evangelho frente aos novos desafios. Junto a isso, a Conferência de Puebla possibilitou avanços nos setores progressistas, resultando em uma ação pastoral junto às classes inferiores. Esse percurso tem representado um grande significado e esperança ao povo negro, pois é através dela que eles têm lutado contra injustiças, discriminações e racismos, tornando-se uma comunidade organizada. Nesse momento, a instituição passou a desenvolver um interesse e ações relacionadas ao trabalho pastoral.

Os Agentes De Pastoral Negros (APNs) são formados por núcleos compostos de um número mínimo de associados que se reúnem, periodicamente, com o objetivo de implementar políticas e diretrizes traçadas pela Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil. São espaços de valorização, conscientização, estudos e reflexões, construção de identidade e cidadania para o povo negro a partir de um compromisso em

defesa da promoção e da cultura desses sujeitos. Tem por objetivo buscar um engajamento em meio à população pobre, levando em consideração a realidade em que vivem, procurando, também, formar uma consciência crítica para que o próprio povo esteja ciente de seu papel como cidadão.

Esse é um lugar que colabora na construção da identidade negra junto à Igreja, buscando tecer um novo olhar social sob esses sujeitos. Assim, os Agentes de Pastoral Negros são definidos como: “pessoas engajadas que exercem atividades para a comunidade negra e que se unem a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa; cujo trabalho ofereça acolhida a todos que se identifiquem com a luta contra toda forma de racismo”(VALENTE, 1994, p. 98).

Silva (2014) afirma que uma reflexão teológica fundamentada na experiência sobre a diáspora africana é marcada pela escravidão e tem como marco, no Brasil, de forma institucionalizada, a formação de um grupo que prestou assessoria para a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Esse grupo buscou traçar um quadro da situação da população afro-brasileira, formado por estudiosos especializados em questão racial, sociólogos, antropólogos, teólogos e agentes da pastoral.

Desse encontro surgiu a intenção de buscar, numa perspectiva histórica, a construção de uma identidade negra. Formou-se, então, um grupo de estudos permanente e um grupo-tarefa de sacerdotes, religiosos e agentes da pastoral negros que estudariam a realidade do sujeito negro no Brasil. Assim, como desdobramento desse encontro apresentou-se a criação do GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) e os Agentes de Pastoral Negros, conforme sustenta Gregório (2018).

Rocha (1998) afirma que entre 1981 e 1989 foi amadurecida a necessidade de se criar uma pastoral do negro, gerando nova divisão interna provocada pela caracterização de uma pastoral que oferecia ao grupo um vínculo ligado ao sistema organizativo e hierárquico da Igreja Católica. Esse grupo contava com a participação de outros membros vinculados a outras denominações religiosas porque o critério foi “à questão da consciência da negritude”. Desse impasse ocorreu a formação dos Agentes de Pastoral negros em 1983 que passou a atuar junto às Comunidades Eclesiais de Base e passou a configurar uma organização por regionais conforme divisão administrativa da CNBB, além de uma estrutura nacional.

Inserida de forma institucional, a decisão consistia em optar pelo trabalho junto às Comunidades Eclesiais de Base, visando à conscientização e uma ação na perspectiva da libertação por meio da denúncia do racismo, assumindo a negritude, formando grupos para partilhar as experiências, estudar e conhecer as origens negras e produzir, então, materiais

sobre a realidade dos sujeitos negros com o intuito de viabilizar a ascensão dos mesmos, fundamentando a luta destes por direitos e pela justiça social. Essa luta tinha como parâmetro o pertencimento aos quadros eclesiais com sua tradição bíblica e uma ação que visava à transformação social (ROCHA, 1998).

Em 1985, quando os setores populares da Igreja Católica se concentravam em questões que envolviam o processo de redemocratização do país, a elaboração de uma nova constituição e os Agentes de Pastoral Negros implementaram o debate, objetivando participar desse processo. Decidiu-se, então, pela elaboração de uma cartilha em linguagem simples, explicando o processo da constituinte e esclarecendo o papel do sujeito negro na política nacional (ROCHA, 1998).

De acordo com a ativista do movimento negro de Seropédica, o surgimento da APN no município se deu através da igreja católica com a atuação de representantes da igreja, sendo citados a irmã Inês e o frei Davi, sendo criado em março de 1983. Tem como objetivo lidar com questões relacionadas ao indivíduo negro, incluindo-o nas instituições escolares, trazendo igualdades salariais e incluindo as mulheres dentro das universidades. Além disso, torna urgente o cuidado com a saúde mental e geral do sujeito negro; a luta contra a discriminação e pela igualdade racial.

A Agente da Pastoral Negro está presente em variados conselhos, como no CONSEA que é relacionado à segurança alimentar e no Congresso. Não obstante concentra-se no conselho de promoção de igualdade racial em Seropédica. Este objetivo e atuação se reforçam na falada ativista:

Lidar com a questão afro, questão do negro, inclusão do negro nas escolas, melhores salários aí enfatiza também a parte da mulher negra e do homem negro né de todos os negros Dentro das universidades, Saúde, saúde mental, saúde de modo geral do negro e outras coisas que tem a ver com o negro, a discriminação gente luta contra, a gente luta pela igualdade racial, estamos em vários nós desse movimento negro agente Pastoral negro APNs estamos em vários conselhos e vários conselhos a gente participa, então tem agente pastoral negro no CONSEA que é conselho de segurança alimentar, e tem no Congresso, até no Congresso tem pessoas né que trabalham que são agentes de pastoral, na política de modo geral. Estamos também no conselho de promoção de igualdade racial, não só em Seropédica como em todas as partes do Brasil, e em vários outros conselhos os agentes de pastoral negros estão presentes, a instituição também se faz presente. (ATIVISTA APN/SEROPÉDICA).

É indispensável afirmar que durante a pandemia de COVID-19 as demandas com relação aos sujeitos negros e suas necessidades de subsistência aumentaram consideravelmente, mas o negro da periferia continuou a passar necessidade.

A fala da ativista informa que existem demandas e políticas, mas que em tempos de pandemia deixaram a desejar, sendo compartilhadas apenas com a “gente branca” e deixando o negro periférico à vulnerabilidade.

Existe existem as demandas também e as políticas que a gente tem dentro, é que agora por exemplo tempo de pandemia isso para assistência social tempo de pandemia quem tá mais em situação de vulnerabilidade é o negro é o negro da Periferia é o negro das grandes cidades é o negro nas favelas é o negro de todos os cantos desse país negros e negras nós é que estamos passando mais dificuldade porque você não vê tantas pessoas aparecendo aí na mídia pessoas brancas dizendo que tá com dificuldade quando entra se entra aí na televisão uma reportagem você vê que é rastro imenso um rastro imenso só de pessoas negras e na sua maioria mães solo né a maioria são as mães solo, o que é uma mãe solo? (ATIVISTA APN/SEROPÉDICA).

Afirma, portanto, que nem todas as demandas são atendidas e que quando são demoram absurdamente, todavia ela não sabe dizer os motivos da demora.

Algumas, nem todas, nem todas agora até a gente têm que esperar muito e a coisa não acontece eu não sei por que motivo se falta de condição do governo ou se as demandas que chegam para eles são muito grandes então tem uma fila de espera eu não sei, mas nem sempre são atendidas demora ou não acontece (ATIVISTA APN/SEROPÉDICA).

## **CAPÍTULO III**

### **SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA UNIÃO NECESSÁRIA**

Este capítulo trata da importância do profissional de Serviço Social para consolidar projetos sociais da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e sua vinculação com os movimentos sociais. Parte da compreensão sobre os movimentos sociais como um espaço sócio ocupacional e/ou elemento transversal dos processos de trabalho e atuação profissional do Assistente Social nesta a secretaria.

#### **3.1 Serviço Social e a vinculação com os movimentos sociais: luta social diária**

É possível afirmar que a vinculação da profissão do Serviço Social com os movimentos sociais diz respeito ao fortalecimento do vigor do projeto ético-político do Serviço Social, representando a retomada da relação histórica da profissão com as lutas de cunho social. Torna-se, portanto, desafiador e uma grande necessidade o fortalecimento das lutas sociais com vistas à construção da sociabilidade (SILVA, 2018).

Uma das vias para compreender isso são os convênios firmados entre movimentos sociais e órgãos estatais construídos para que profissionais da Assistência Social possam auxiliar na execução de projetos e programas sociais junto a trabalhadores organizados, bem como a contratação de profissionais capacitados para o controle social, como é o caso das experiências desses sujeitos em movimentos sindicais (GUIMARÃES; MARQUES, 2019). Diante disso entende-se que, segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2018, p. 4) a aproximação desse profissional com os movimentos sociais:

[...] consiste no desdobramento de algo que já fazemos – o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho, através da ‘rede’ com a qual nos articulamos; e, principalmente, por meio de uma ação profissional capaz de estimular na população usuária o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, a sua identidade enquanto classe e, deste modo, a sua organização política, aproximando-a dos movimentos existentes e de pautas com a qual se identifica (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2018, p. 4).

Como apontado por Duriguetto (2014, p. 189), um dos desafios da intervenção profissional é “[...] apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas, ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta”. Aqui se percebe que a apreensão permite aos assistentes sociais ultrapassarem o caráter fragmentado das políticas sociais e o simples reforço à adesão dos sujeitos aos programas e

projetos institucionais, possibilitando, assim, contribuição com os movimentos sociais existentes.

Todavia, a aproximação política com os interesses de setores populares se construiu de forma tardia na profissão do Assistente Social, visto que o surgimento do Serviço Social brasileiro atrelado à Doutrina Social da Igreja Católica e ao viés reformista de tendência empirista e pragmatista estava alçado nos marcos do pensamento conservador até o fim da década de 50. Diante disso vale ressaltar que a profissão estava imersa junto de organizações sociais de classe dominante, tendo como primeiros movimentos os de base militar tradicional católica, o Apostolado Leigo, a Ação Social e a Ação Católica. O esforço de superação do tradicional surge apenas na década de 1960, expressando-se pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano em 1970 (MOURO; MARQUES, 2011).

Na América Latina se desenvolvia um forte sentimento de nacionalidade e sociedade, gestando condições políticas e propícias à organização e mobilização de sujeitos coletivos. Esses movimentos propunham como norte um socialismo humanista passa a ser alcançado através da estratégia revolucionária que, além do trabalho de conscientização, pressupunha ação insurrecional (FALEIROS, 1968 *apud* MOURO; MARQUES, 2011).

Um tópico que deve ser contemplado é perceber que o Serviço Social também é responsável pela vinculação de raízes ao processo de construção de ordens societárias sem exploração de classe, etnia e/ou gênero. Diante disso se faz necessário o resgate das raízes da relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais vinculados às classes trabalhadoras a partir de uma metodologia que compreenda os desafios postos à categoria profissional, conforme sustentado por Vieira (2018).

O resgate das determinações históricas do trabalho dos assistentes sociais nas organizações de classe trabalhadora como uma tendência de prática está ligado à continuidade na constituição do projeto político e ético em vínculo à profissão das lutas de classes subalternas cuja hegemonia é construída no meio profissional desde a década de 80, estando ancorada no Código de Ética da Profissão, nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e na lei que regulamenta a profissão com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Para compreender o desenvolvimento do Serviço Social como instituição brasileira é preciso e saber que ele mantém profunda conexão com o desenvolvimento das relações capitalistas em sua formação. Nesse sentido há um capitalismo desigual e combinado; uma

conformação e reprodução da relação de dependência capital num país periférico, entendendo haver, com isso, uma relação de dependência com o desenvolvimento da categoria profissional do Serviço Social. Todavia, é importante ter em mente que essa construção não ocorreu de forma linear.

No Brasil, o primeiro diálogo do Serviço Social com os movimentos sociais críticos é temporariamente abortado com o golpe de 1964 que “neutraliza os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortando os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social”(NETTO, 2007, p. 141).

Entre os anos de 1965 e 1975, o debate de reconceituação latino-americano foi marcado por debates que explicitaram uma heterogeneidade nas concepções sociais de teoria e sobre a prática profissional. Essa discussão avançou frente aos questionamentos e à efetividade e eficiência da atuação profissional, assim como às questões sociais e à construção de uma alternativa crítica no Serviço Social na América Latina sobre as mudanças sociais realizadas ou em processo de disputa (VIEIRA, 2018).

No contexto dos anos 60 e 70 o fenômeno internacional de contestação social ligado à nova fase de acumulação capitalista incidiu e se expressou de diferentes formas nos países e regiões, propiciando o questionamento sobre a “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (NETTO, 2017, p. 191) e a necessidade de ruptura com o passado “tradicional” do Serviço Social. Dentre essas práticas, teorias, conceitos e reflexões estava presente a crítica marxista que se aproximava cada vez mais através do reconhecimento da urgência em fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, sendo determinadas pela necessidade de crítica à realidade presente (VIEIRA, 2018).

Neto (2017) lembra que o contexto de tensão existente sobre as estruturas sociais do mundo capitalista em sua nova dinâmica com efervescência profissional em escala mundial deve-se à convergência de três vetores que afetam a reprodução da categoria profissional. O primeiro está ligado à revisão crítica no âmbito das Ciências Sociais, na medida em que se questiona uma série de insumos aos quais o Serviço Social recorria relacionando a seus pressupostos teórico-metodológicos. O segundo se constrói sobre o deslocamento sociopolítico das igrejas, definido pelo próprio autor como o “adensamento de alternativas de interpretação teológica que justificavam posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas” (NETO, 2017, p. 189) e afetaram o Serviço Social no quadro de formação da ação e na visão de mundo graças à vinculação histórica da categoria profissional com essas

instituições. Por fim, o movimento estudantil acirrou questionamentos sobre as transformações de contestação à burguesia no local de reprodução da categoria profissional – as escolas de formação – dinamizando a erosão da legitimidade do Serviço Social “tradicional”.

É possível perceber que o movimento de reconceitualização do Serviço Social Latino-Americano esteve ligado à emergência da nova fase de acirramento das contradições dessa realidade.

As contradições existentes nesse processo de luta e resistência incluíram o avanço da perspectiva burguesa na modernização por vias ditatoriais; uma repressão a qualquer alternativa democrática que apostasse em vias de reforma-democrática ou revolucionária, atingindo espaços de organização continental da categoria profissional ao apresentar rebatimentos no processo de articulação continental (VIEIRA, 2018).

No Brasil, se por um lado a ditadura empresarial militar ampliou espaços de formação profissional a partir de cursos de graduação e Pós-Graduação nas universidades públicas, por outro, a supressão das liberdades democráticas e a disputa ideopolítica durante a modernização conservadora representaram grandes desafios à categoria e à organização da classe como um todo. A resposta construída pela categoria profissional, então, se deu em sintonia às mobilizações dos trabalhadores e aos movimentos sociais, ao inserir-se na luta contra a ditadura e nas reformas do período de transição pós-ditatorial. É nesse momento que a categoria do Serviço Social assume lugar de luta de classe (VIEIRA, 2018).

De acordo com Antunes (2006) esse projeto contraditório, no ano de 1979, foi marco do país e do movimento mundial de rearticulação e fortalecimento das forças conservadoras em torno do projeto liberal já anunciado. Entendemos que, enquanto, no Brasil, o movimento operário e as lutas sociais avançavam, ocorria, concomitantemente, a ascensão do projeto neoliberal de alcance mundial, chegando aqui apenas em 1990. Esse programa se constituiu como um dos obstáculos à continuidade do avanço da perspectiva de emancipação ao desarticular os fundamentos do movimento operário a partir da reestruturação da produção, das relações de trabalho e da ideologia neoliberal que destrói direitos conquistados historicamente.

O projeto conservador impôs profundas derrotas à luta social. Resultou-se como consequência desses processos significativas referências nos campos econômico e político com a reestruturação da produção e do trabalho, sendo, por exemplo, desfeitas a desarticulação dos grandes parques industriais.

Nesse momento ocorria ausência de um automatismo, a ruptura com o conservadorismo, o autoritarismo e o psicologismo que marcaram a trajetória do Serviço Social, passando a ter um caráter processual. No entanto, é perceptível que a índole conservadora ainda estivesse presente nos Códigos de Ética de 1946, 1965 e 1975. Aqui é importante salientar com Vieira (2018) que o redirecionamento dos documentos base da profissão do Serviço Social será dado com a construção das diretrizes curriculares na formação do Assistente Social e na elaboração dos princípios e valores presentes no Código de Ética Profissional de 1993.

Souza (1985) afirma que o entendimento do assistente social enquanto parte da classe trabalhadora o leva a alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, intensificando as aspirações democráticas e populares e ampliando os espaços participativos, de poder e pressão da categoria profissional. É, portanto, a partir da organização da Assistência Social de trabalhadores e com os mesmos que se pode pensar no estabelecimento de vínculos orgânicos do Serviço Social com os movimentos sociais. É na luta pelo processo de democratização brasileira das instituições e do fortalecimento das lutas nesse processo por direito e cidadania que os assistentes sociais passam a se inserir junto aos setores organizados da sociedade, incentivando os processos de organização e apoiando as lutas e reivindicações.

Segundo o Código de Ética do Serviço Social, no seu art. 4º que infere sobre competências do profissional estão: prestar assistência e assessoria aos movimentos sociais quando relacionados às políticas sociais, no exercício e defesa de direitos civis, políticos e sociais da coletividade, tendo como princípios:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Depreende-se, então, que a articulação da categoria profissional aos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora foi elemento-chave para a construção do projeto ético-político profissional, assim como para a reformulação das diretrizes curriculares da formação do Assistente Social e para a elaboração de princípios e valores do Código de Ética Profissional (1993) enquanto documentos que normatizam e regulamentam os princípios do projeto.

A Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/93, em seu artigo 4º e inciso IX, expõe que cabe ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 2011, p. 45). Já o Código de Ética do Profissional de Serviço Social (1993) afirma, no 9º princípio fundamental, sobre a importância da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”(BRASIL, 2011, p. 24) e no art. 12 do mesmo documento, é exposto como direito profissional do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (BRASIL, 2011, p. 34).

Todavia, o caráter contraditório do período continuava em voga. Assim, mesmo com as inegáveis conquistas dos trabalhadores, a tomada do Estado reafirmou o caráter de classe ao tocar a agenda política e econômica segundo a lógica do capital. Castelo (2017, p. 63) afirma que:

Na prática, a acumulação capitalista no Brasil a partir da década de 1990 contou decisivamente com a atuação direta e indireta do Estado e foi garantida a hegemonia rentista dentro do bloco de poder dominante com diversas ações, com ganhos econômicos e políticos para as outras frações: a privatização dos ativos públicos com farto financiamento estatal, a política monetária de juros altos, a liberalização das contas internacionais, a expropriação tributária dos salários e aposentadorias, a política fiscal direcionadora do fundo público para os fundos privados dos donos da dívida pública, isenções fiscais bilionárias, programas sociais que capitalizam empreendimentos privados, a retirada de direitos sociais, intervenções nos sindicatos, expropriações dos meios de produção dos povos originários, ocupações militares de comunidades populares, etc. (CASTELO, 2017, p. 63).

As contratações eram precarizadas, as condições de trabalho frágeis, os salários baixos, as metas eram meramente quantitativas, sendo estes apenas alguns dos exemplos dos desafios impostos à atuação do profissional do Serviço Social, como afirmado por Cardoso e Lopes (s/d).

O ano de 1993 também marcou consideravelmente o MESS, pois foi neste ano que a SESSUNE (Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE) passa a se chamar ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Esta mudança foi resultado de debates no MESS, onde se evidenciou que o fato de nos tornarmos uma Executiva nos permitiria uma maior autonomia perante a UNE. Ocorreu também a criação da Secretaria de Formação Profissional e a Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS. (ENESSO, disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-daenesso.pdf>, acesso em 5/07/2018).

Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu em 1996, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis. Um desafio permanente da Associação é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares e da PNE nesse cenário regressivo de direitos e de grande inserção do capital financeiro na educação, o que tem promovido um amplo processo de precarização da formação e do trabalho profissional.[...] Esse acompanhamento vem ocorrendo sistematicamente pelas várias diretorias da ABEPSS tanto em âmbito nacional quanto por meio das direções regionais e acontece nos seus fóruns coletivos: oficinas regionais e nacional de Graduação e Pós Graduação, Fóruns locais, regionais, estaduais e nacional de Estágio, Projeto ABEPSS Itinerante, pesquisas realizadas pela entidade ou pelos membros dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, e nos debates realizados nos encontros promovidos pela entidade, em especial o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que se realiza a cada dois anos (ABEPSS, disponível em <http://www.abepss.org.br/historia-7> acesso em 5/07/2018).

Diante disso, é visível a importância do Serviço Social como grande responsável pela manutenção dos movimentos sociais que lutam pelos direitos legais da população, fazendo

persistir características imprescindíveis, como princípios e valores éticos-políticos. Uma experiência apresentada por Vieira (2018) que exemplifica essa importância é o relacionamento entre o Serviço Social e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Essa análise trata de algo concreto no nível da prática profissional do Serviço Social e estratégico em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social brasileiro, bem como com os princípios e diretrizes expressas no Código de Ética profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão.

Na visão do autor, ético ao explorar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em um plano de intervenção que busca superar os desafios institucionais e conjunturais. É estratégico quando ultrapassa a aparência dos fenômenos e compreende as determinações do espaço urbano na totalidade social. Contribui, portanto, para os avanços na categoria profissional ou no próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, do mesmo modo que na organização dos trabalhadores para formar uma nova ordem societária

A Frente do Serviço Social do MTST foi criada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) em 2014. A construção dessa frente teve como objetivo contribuir para o processo de enraizamento do MTST em São Gonçalo e Niterói por meio de trabalhos acompanhados pelo movimento. Já a sistematização da prática profissional dos assistentes sociais envolveu a construção do projeto de extensão universitária “A luta por moradia em São Gonçalo: a experiência do MTST na ocupação Zumbi dos Palmares” e, em 2015, foi conformado noutro projeto de extensão relacionado à segunda ocupação do movimento dentro do estado, dessa vez em Niterói, “A luta por moradia em Niterói: a experiência do MTST na ocupação 06 de abril de 2010” (VIEIRA, 2018).

Esse autor ainda reforça que ambos os projetos continuam em andamento e reafirmam o papel social das Universidades Públicas e do Serviço Social, compreendendo que o ambiente é parte determinante da estrutura social e que, portanto, tudo se expressa nessa disposição. Os avanços políticos de tais estudos estão profundamente conectados com o Art. 5º Código de Ética do/a Assistente Social (1993) o qual afirma como dever do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”.

Como foi visto anteriormente, os processos históricos dos movimentos brasileiros são de extrema importância na construção das diversas lutas e formas de resistência presentes nos dias de hoje, não obstante o Serviço Social atua nessas cinesias.

Com relação ao contexto em que o profissional encontra essas dificuldades é importante citar o golpe de 2016 cuja promulgação da EC 95 e a atual repressão aos manifestantes frente ao Congresso Nacional foram imprescindíveis. Junto a isso a aprovação da Contrarreforma Trabalhista e os casos recorrentes de assassinatos de líderes populares combinado à estrutura social historicamente construída com base na desigualdade social que aponta para uma grave conjuntura nacional.

Vieira (2018) afirma, diante disso, que se tornou evidente a intervenção do Serviço Social as expressões da questão social, assim como a necessidade de formação de indivíduos intelectuais organicamente vinculados ao projeto de emancipação humana para identificar desafios históricos, estruturais e conjunturais, além do desenvolvimento da capacidade de criar proposições coletivas. Assim, em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social Brasileiro tornou-se fundamental a discussão sobre a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais atuais, se fazendo indispensável a reflexão e elaboração da categoria enquanto classe de trabalho sobre as táticas e os horizontes estratégicos para resistir aos ataques e à construção de alternativas coletivas emancipatórias.

Vale lembrar que o projeto ético, político e profissional do Serviço Social não é monolítico, constituindo-se de posições quanto à apropriação por Assistentes Sociais, de matriz teórico-metodológico que sustenta a tradição marxista. Diante disso, reafirma-se que o trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais pode assumir a direção político-ideológica de emancipação humana de classe e a subalternização pelos setores dominantes.

Desta forma, a partir de 1990, principalmente em lugares institucionais que operam políticas sociais, surgiu uma forte tendência, o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização. No horizonte da emancipação humana, a subalternidade que buscava a legitimação pelas classes subalternas, sob a atual política social e égide do neoliberalismo que privilegiava a mercantilização das políticas sociais e transferia aos setores privados as obrigações do Estado em detrimento às necessidades como direito (CARDOSO; LOPES, s/d).

Historicamente, a ideologia neoliberal dificultou os avanços do trabalho do assistente social já conquistados, não consolidando as organizações das classes trabalhadoras enquanto segmento das classes subalternas. Assim sendo, nota-se uma dualidade no trabalho dos assistentes sociais. Por um lado, as organizações da classe tendem a assumir perspectivas

teóricas e político-ideológicas que perpassam os projetos profissionais e os societários em disputa na sociedade atual: a) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação do homem e o fortalecimento da emancipação das classes subalternas; b) a perspectiva da manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora enquanto segmento de classes subalternas. Através disso, os projetos profissionais e societários passam a se desenvolver pela ação dos sujeitos das profissões e classes sociais, disputando a hegemonia nos espaços de organização da classe de trabalho e no movimento social (CARDOSO; LOPES, s/d).

### **3.2 Ações e serviços de Assistência Social e Direitos Humanos**

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos De Seropédica (SMASDH) formula, implanta, regula, financia, executa, monitora e avalia políticas municipais de assistência social como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As ações voltam-se para o atendimento integral às famílias, crianças e adolescentes, assim como idosos e pessoas em situação de rua, onde a secretaria encara, como prioridade, os segmentos que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade social, sem distinção de raça, etnia, nacionalidade, sexo, classe social ou religião, entre outros (PREFEITURA DE SEROPÉDICA, s/d).

As ações e serviços de Assistência Social e Direitos Humanos são divididas em duas categorias de atenção ao cidadão: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade. A primeira compreende ações de caráter preventivo, para fortalecer laços familiares e comunitários. Já a segunda é subdividida, sendo a Proteção Social Especial de Média Complexidade a que engloba ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo e da família já foram violados, mas ainda há vínculo familiar e comunitário.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade atende casos onde os direitos do indivíduo ou da família já foram violados e o vínculo familiar, rompido. Ela garante proteção integral, incluindo moradia, alimentação e trabalho para quem está em situação de ameaça. A SMASDH responsabiliza-se, através de seus departamentos, pela gestão dos benefícios do governo federal, como o Auxílio Brasil, que substituiu o programa Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia, entre outros programas de enfrentamento à pobreza, além de cursos e oficinas para os usuários da política de assistência social (PREFEITURA E SEROPÉDICA, s/d).

De acordo com informações da Secretaria De Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica, sua equipe conta com 239 colaboradores distribuídos em três níveis de

escolaridade: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Desses, 17 são assistentes sociais divididos em cinco coordenadoras de equipamentos (CRAS, CREAS E NIAM) e 12 compondo equipes técnicas.

A infraestrutura da secretaria e dos equipamentos atende às necessidades para o desenvolvimento das ações realizadas que permitem atender as demandas da secretaria com as equipes técnicas formadas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogo e advogados, apesar de haver projetos de ampliação de seus quadros para projetos futuros devido ao aumento das expressões da questão social como pobreza e desemprego.

Há de se considerar a refração no cofinanciamento das políticas públicas que faz com que a maioria dos municípios arquem com as despesas da assistência social uma vez que os repasses federais e estaduais dão conta da estrutura básica da maioria das secretarias na região metropolitana do Rio De Janeiro.

### **3.3 Aproximação entre a secretaria de assistência social e a Pastoral do Negro na cidade de Seropédica**

De acordo com a Vice-secretária de a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica a atuação dessa secretaria junto aos movimentos sociais se dá através de entidades que compõem os Conselhos de Direitos e fazem parte da pasta de Direitos Humanos. São esses: o Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da População Idosa, Conselho de Promoção da Igualdade Racial, Gênero e Transversalidade, Conselho Municipal Sobre Drogas, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Segurança alimentar (em fase de reativação).

A aproximação entre a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica junto à Organização Agentes de Pastoral Negros existe em dois conselhos que são a Secretaria e o Conselho de promoção da igualdade racial e Conselho da mulher:

É através da dinâmica dos Conselhos de Direitos nos quais a instituição está inserida. Nas reuniões com os Conselhos de direitos as demandas são trazidas e apresentadas a partir de uma pontuação da sociedade civil” (VICE-SECRETÁRIA).

Quando à existência de aproximação entre a de Secretaria De Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica e a organização Agentes de Pastoral Negros ambas entrevistadas afirmam que sim. Contudo esse atendimento se dá pela via dos conselhos. O

pleito realizado pelos agentes de pastoral negros é um pouco mais difícil, conforme afirma a ativista.

A participação é essa que os APNs estão lá em dois conselhos que são pela secretaria que são os conselhos de promoção de igualdade racial e o da mulher Então as demandas desses dois conselhos Por estarem lá atrelado da secretaria são atendidas ele aí atende todo mundo todos que estão aí então todas as instituições da sociedade civil são atendidas sim mas isso via conselho mas se os agentes de pastoral negros for lá pra para pedir alguma coisa solicitar pleitear alguma coisa é um pouco mais difícil mas via conselho às vezes chega, que foi o caso desse frango que foi pros APNs, então a gente pede mas quando não tem como. Chegou lá uma roupa, inclusive até achei legal que a secretária de assistência me chamou que a nova Dutra ia dar umas roupas e levou uma van com bastante roupa e ela disse que depois iria conversar para distribuir mas aí já tem dois meses quase três mas não fomos chamados não sei se essa roupa já foi distribuída, a gente viu receber mas se de tudo eles distribuíram e as pessoas foram contempladas Independente de quem seja já foi uma coisa boa porque nós fomos chamados para assistir o recebimento, então essa aproximação se concretiza através dos conselhos (ATIVISTA APN/SEROPÉDICA).

Esta é, portanto, uma instituição de extrema importância quando se percebe a necessidade e urgência das falas da ativista ao relatar que a Secretaria deixa a desejar no quesito atendimento de demandas mais específicas dos sujeitos negros:

Algumas, nem todas, nem todas agora até a gente têm que esperar muito e a coisa não acontece eu não sei por que motivo se falta de condição do governo ou se as demandas que chegam para eles são muito grandes então tem uma fila de espera eu não sei, mas nem sempre são atendidas demora ou não acontece (ATIVISTA APN/SEROPÉDICA).

Este fato se reforça na inexistência de ações profissionais do serviço social desenvolvidas para o fortalecimento do movimento como programas e/ou projetos desenvolvidos junto com os Agentes de Pastoral Negros. De acordo com a Subsecretária ainda não possuem projetos em parceria com os movimentos.

São muitos os desafios para a efetivação de ações da secretaria junto aos movimentos, que de acordo com a subsecretária se dão em relação a demanda de trabalho da Secretaria e a reestruturação da mesma. Em sua visão, o profissional assistente social poderia contribuir para o fortalecimento da relação desta secretaria com os movimentos sociais, sobretudo informando e atuando junto aos usuários dos serviços, através da formação de coletivos e assembleias nos mesmos.

As falas da entrevistada, portanto, reafirma que a inserção do assistente social no mercado de trabalho é elemento necessário para a reprodução enquanto profissional inserido na divisão técnica e científica do trabalho, contribuindo no processo de produção e reprodução das relações sociais presentes na sociedade capitalista. Para isso é urgente a criação de condições favoráveis para reproduzir a força de trabalho para atender à demanda de interesses da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2011).

A condição de trabalhador assalariado traz, portanto, ao profissional um grande desafio que é articular o compromisso ético e político da profissão no bojo das condições objetivas de trabalho ofertadas pela instituição empregadora. Assim, As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais estão condicionadas às demandas institucionais, e as condições de trabalho advindas da instituição muitas vezes determinam a forma de intervenção profissional, tendo em vista que seu trabalho não se desenvolve de forma autônoma, porque o profissional não dispõe de todos os meios e instrumentos necessários para realização do mesmo, e o desenvolvimento de suas atividades perpassa as relações de poder presentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão (IAMAMOTO, 2012).

Iamamotodemonstra que a atual conjuntura sócio-histórica perpassa o cotidiano dos profissionais apresentando rebatimentos nas relações de trabalho e nas demandas apresentadas pela população usuária que requisita uma análise macroscópica da realidade, assim como respostas qualificadas.

A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 19).

Diante disso surgem novas demandas de atuação para esse profissional que passa a atuar em novas expressões da questão social como também se fazem presente, no cotidiano dos mesmos, “novas formas” de trabalho com precarizações por meio de contratos temporários, contratos por projetos, terceirizações, baixos salários, falta de condições físicas e materiais adequadas para a consecução do trabalho. Essa precarização no mercado de trabalho, com ausência de estabilidade de vínculos, a falta de condições para trabalhar, de modo geral, a insuficiência da formação continuada, etc., repercutem, na própria consciência do trabalhador, provocando a competição entre eles e fragilizando, assim, a organização coletiva da categoria profissional como afirma Paz(2015).

A autora ressalta que a precarização do trabalho dos profissionais da Política de Assistência Social não se restringe aos vínculos empregatícios, vários fatores contribuem para a precarização das condições de trabalho, como baixos salários, falta de condições materiais e instalações físicas adequadas para a prestação de serviços aos usuários, alta rotatividade dos profissionais, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados, ausência da realização de capacitação continuada, insegurança no ambiente de atuação, exigência de produtividade, além do processo de informatização do trabalho, que apesar de tornar as tarefas menos árduas,

intensificam o seu desenvolvimento e aumenta a produtividade, tornando-as cada vez mais mecânicas e burocráticas, através de um intenso processo de preenchimento de formulários.

Diante disso é indispensável que a equipe de trabalho de assistência social esteja com condições de desenvolver o trabalho necessário de acordo com as demandas solicitadas, de modo que estejam bem treinadas, qualificadas e sejam concursadas, predados básicos para um trabalhar de qualidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “lugar de fala” é essencial para que se possa compreender os posicionamentos pessoais, sociais e históricos de cada indivíduo aqui entrevistado, pois, como é possível perceber, esses lugares demonstram participações distintas em mundos e óticas diferentes sob as mesmas coisas. As respostas, portanto, ocorreram a partir dos “lugares de fala”. A ativista colocou-se como sujeito dentro da História atentando-se para o que realmente importava e faltava ao seu povo; respeito e dignidade. A vice-secretária de Assistência Social colocou-se diante de uma postura formal, demonstrando ser um sujeito de outro “lugar de fala”, aqui representado pelo poder público municipal. Vale registrar que este lugar nem sempre goza da autonomia de ação necessária para a realização de ideias, estratégias e projetos mais próximos das demandas que chegam a esta secretaria. É preciso considerar que se trata de um lugar que é atravessado por questões de variadas ordens que impactam diretamente o fazer deste profissional, e da equipe da secretaria em geral, sobretudo no que se refere à condição de ser parte de um todo que se vincula e se submete às diretrizes traçadas pela gestão municipal,

Entendemos, com isso, que a Secretaria de Seropédica deixa inúmeras demandas em vazio, não conseguindo atender a diversos pedidos realizados pelo movimento e, assim, demonstrando a necessidade de melhorar o atendimento no quesito assistência. Como fora argumentado na própria entrevista, essas demandas são acontecem imediatamente, pois existe grande quantidade de pedidos e o governo não possui meios para atender na hora, todavia, elas, a princípio, ocorrem progressivamente.

Ao finalizar este estudo é preciso destacar algumas questões necessárias para a compreensão da relação do Serviço Social com os movimentos sociais presentes em Seropédica a partir da organização Agente Pastoral de Negros junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica.

Foi evidente a falta de relacionamento, de fato, desta Secretaria com a Pastoral de Negros, revelada na inexistência de projetos ou programas adjuntos e ações profissionais desenvolvidas para fortalecer o desenvolvimento do movimento, presente na fala da subsecretária de que “ainda não possuímos projetos em parceria”. Aqui se percebe quão é indispensável estreitar essa relação que teria como fim contribuir para o trabalho realizado pelo profissional do Serviço Social.

Outra questão são as lacunas existentes na relação entre Serviço Social e os movimentos sociais que pode ser entendido pelo o interesse do Estado em conservar o *status quo* em relação à produção e reprodução social e, dessa forma, manter os movimentos sociais

à margem. Visto que o Serviço Social também reage à transformação social e tem como tarefa ocupar-se de deficiências velhas e novas socialmente existentes, entende-se que esta vinculação parece evidente, pois os movimentos sociais tematizam problemas e contradições que parecem não ser passíveis de solução mediante formas tradicionais de organização.

Foi, portanto, diante da aproximação entre Serviço Social e movimentos sociais que geraram novos enquadres, e uma maior abertura ao envolvimento profissional junto às mobilizações e organizações voltadas aos direitos sociais. Os debates sobre o assunto revelam a necessidade maior de socialização do trabalho das assistentes sociais juntos aos novos espaços de atuação. Diante disso, entende-se, por meio dessa pesquisa, que é de extrema importância a relação entre Serviço Social e movimento de agentes da Pastoral Negros.

Não obstante, as demandas devem ser atendidas pelo Estado, sendo esse um dos mais importantes desafios atuais. Nesse interim, deve-se considerar inúmeras problemáticas, como o real interesse estatal pelas políticas públicas de assistência social e apoio aos movimentos sociais de fato e, ainda, a falta de incentivos financeiros, a estrutura e condições de trabalho para que estas políticas atinjam aos beneficiários.

Percebe-se que esta Secretaria tem atuação conjunta com os movimentos sociais limitadas àqueles representados por meio de entidades que compõem os Conselhos de Direitos que fazem parte da pasta de Direitos Humanos. Ao possuir contato direto com os APN, os Conselhos de direitos buscam atender às demandas trazidas pela população, ou seja, em pontuações específicas da sociedade civil. Contudo, ações específicas de apoio demandadas por esse movimento ficam à margem do atendimento desta secretaria, sinalizando o distanciamento entre as partes envolvidas nesse processo.

Este estudo se encerra denunciando a ausência do Estado ressalta-se aqui do poder público municipal com relação às obrigações voltadas ao meio social, tanto com relação aos movimentos sociais como, também, às necessidades das instituições, como é o caso desta secretaria, que deveriam dar apoio e atendimento às demandas urgentes de cada grupo social, de modo a permitir a igualdade de direitos, como referido na Constituição brasileira de 1988.

## 5 REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/i/1998.v13n37/> Acesso em: 13 fev. 2022.

ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru, EDUSC, 1998.

ANTUNES, D. C. et al. **Memórias das transformações de grupos comunitários como forma de favorecimento do envelhecimento bem-sucedido**. Campinas, SP, 2006.

ARCARY, V. **As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionárias no debate marxista**. 2000. Tese (Doutorado) - Departamento de História – FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi, 1955.

BRASIL. PROJETO DE LEI DO SENADO N. 728 DE 2011. **Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências**. Senado Federal, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103652> Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Código de Ética do assistente social. **Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ed, rev e atual, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) Acesso em: 21 jun. 2022.

CABECINHAS, R.; LIMA, M. E. O.; CHAVES, A. M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da História. In: MIRANDA, J.; JOÃO, M. I. (eds). **Identidades Nacionais em Debate**. Oeiras: Celta, 2006, p. 67-92.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 461- 477. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf> Acesso em: 13 fev. 2022.

CASTELO, R. **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica**. Universidade Sociedade, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, n. 60, jul., 2017. Disponível em: [http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/at\\_download/file](http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/at_download/file) Acesso em: 19 fev. 2022.

CICONELLO, A. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/191946/mod\\_forum/attachment/300193/Bibliografia.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/191946/mod_forum/attachment/300193/Bibliografia.pdf) Acesso em: 02 marc. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 884, de 23 de outubro de 2018**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Res884-compilada-2019.pdf> Acesso em: 13 fev., 2018.

COSTA, S. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo (UFF)**, v. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 fev. 2022.

DURIGUETTO, M. L.; BAZARELLO, R. D. Movimentos sociais e serviço social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun., 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/proft/Downloads/Dialnet-MOVIMENTOSSOCIAISESERVICOSOCIAL-5167653%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/proft/Downloads/Dialnet-MOVIMENTOSSOCIAISESERVICOSOCIAL-5167653%20(1).pdf) Acesso em: 13 fev. 2022.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, p. 265-293. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 22 set. 2021.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

D' ADESKY, J. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/wp-content/uploads/2020/03/racismo-preconceito-e-intolerancia.pdf> Acesso em: 21 jun. 2022.

FERNANDES, F. Do Escravo ao Cidadão. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (org). **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi, 1955, p. 16-67. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/353/1/305%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> Acesso em: 15 fev. 2022.

FONTES, Y. M.; MECI, P. (org). **História e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento**. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: [https://www.pucsp.br/educ/downloads/Historia\\_v5.pdf](https://www.pucsp.br/educ/downloads/Historia_v5.pdf) Acesso em: 13 dez. 2022.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jun. 2022.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 31 fev. 2022.

GOHN, M. G. **O protagonista da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, F. **Negros e política (1888-1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GORENDER, J. Coerção e consenso na política. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, 1988, p. 52-66. Acesso em 09 de dez. 2021. Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8497> Acesso em: 19 fev. 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, 2003, p. 247-268. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 fev. 2022.

GUIMARÃES, M. C. R. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Revista Debate e Sociedade, Uberlândia**, v. 2, 2002, p. 18-37. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/pdf/1796/179628923006.pdf> Acesso em: 13 abr. 2022.

GUNDER FRANK, A.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun., 1989. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ln/a/HWC6mySwxm5GvCkK5bhXVrt/?lang=pt> Acesso em: 13 fev. 2022.

HASENBALG, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1992. Disponível em:  
<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf> Acesso em: 19 fev. 2022.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: UPERJ, 2005. Disponível em:  
<https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-carlos-hasenbalg.pdf> Acesso em: 21 jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, M. H. P. T. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

MEDEIROS, L. S. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p7>  
Acesso em: 14 fev. 2022.

MELUCCI, A. **Nomadsofthepresent. Social movementsand individual needs in contemporarysociety**. Philadelphia: TempleUniversity Press, 1989. Disponível em:

<https://www.worldcat.org/title/nomads-of-the-present-social-movements-and-individual-needs-in-contemporary-society/oclc/18590077> Acesso em: 15 nov. 2021.

MNU (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO). 1978-1988. **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo, Confraria do Livro, 1988. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-1978-1988-10-anos-de-luta-contra-o-racismo-sao-paulo-confraria-do-livro-1988/> Acesso em: 22 fev. 2022.

MOURA, C. Memória: entrevista com Clóvis Moura. **Círculo Palmarino**, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1981/mes/entrevista.pdf> Acesso em: 11 fev. 2022.

MORO, M.; MARQUES, M. G. A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.21, 2011, p.13. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/199> Acesso em: 09 jan. 2022.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Inclusão Social: um debate necessário**, USP, 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> Acesso em: 11 fev. 2022.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (org.) **A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505> Acesso em: 09 dez. 2021.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NEVES, P. E. A. Movimentos sociais rurais brasileiros: a atuação do MST na luta pela democratização da terra no Brasil. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2005. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Paulo\\_Em%C3%ADio\\_de\\_Ara%C3%BAjo\\_Neves.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Paulo_Em%C3%ADio_de_Ara%C3%BAjo_Neves.pdf) Acesso em: 11 fev. 2022.

NETTO, S. L. F. V. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-112052/pt-br.php> Acesso em: 13 nov. 2021.

NOVAES, S. C. **Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo: Edusp, 1993. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/06/Jogo-de-Espelhos.pdf> Acesso em: 13 ago. 2021.

PAOLI, S.; TELLES, E. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1983, p. 1291-49. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1721](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1721) Acesso em: 09 dez. 2021.

PAZ, F. A. R. **A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf> Acesso em: 19 jun. 2022.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, jun., 2010, p. 68-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9bqJ57SfPWryQ8fKSh5bzdj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 jan. 2022.

PETRAS, J. América Latina: laizquierdacontraataca. **In Nueva Sociedad**, n. 151, set., 1997. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/america-latina-la-izquierda-contraataca/> Acesso em: 28 nov. 2021.

PINTO, C. F. **O Bildungsroman feminino**: quatro exemplos brasileiros. São Paulo, SP, Perspectiva, 1990.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

POLLAK, M. Memória e esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) Acesso em: 01 nov. 2021.

POUPEAU, F. **Dominación y movilizaciones**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2007.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. 1 ed., Editora Jandaíra, 2017.

ROCHA, J. G. **Teologia e Negritude**: um estudo sobre os Agentes de Pastoral Negros. Santa Maria: Pallotti, 1998.

SÁ, Cristiane Antunes de. **Representações sociais, memória e identidade**: as mulheres na Pastoral Negros. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2887/2/2014%20-%20Cristiane%20Antunes%20de%20S%c3%a1.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: [https://gepeadsim.files.wordpress.com/2017/11/boaventura\\_renovar-a-teoria-crc3adtica-e-reinventar-a-emancipac3a7c3a3o-social.pdf](https://gepeadsim.files.wordpress.com/2017/11/boaventura_renovar-a-teoria-crc3adtica-e-reinventar-a-emancipac3a7c3a3o-social.pdf) Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, 2018, p. 15-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLtvbrTykKtSfx39QsXs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jul. 2022.

SOUZA, L. E. O trabalhador no contexto dos movimentos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 18, 1985, p. 77-93. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5167653.pdf> Acesso em: 29 jan. 2022.

Teixeira, R. D. Burocracia sindical cutista: dique em prol das classes dominantes. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 52, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8585/5518> Acesso em: 13 set. 2022.

VALA, J. Representações sociais e percepções intergrupais. **Análise Social**, v. 23(140), 1997, p. 1-29. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840494M6zFQ7xv9Rd55BV5.pdf> Acesso em: 11 dez. 2021.

VALENTE, A. L. **Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

VIEIRA, F. A. Movimento Xingu Vivo Para Sempre. **Insurgência**, v. 3, n. 2. Dossiê: Crítica do controle sócio-penal na América Latina e a construção de alternativas e resistências, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19769> Acesso em: 09 marc. 2022.

## 6 APÊNDICE

### 6.1 Roteiros de entrevistas

Roteiro de perguntas para a subsecretaria de assistência social

- Esta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica tem atuado com os movimentos sociais de Seropédica?
- Em caso negativo, por quê?
- Em caso afirmativo, quais movimentos? Quais são suas demandas?
- Existe aproximação entre a Secretaria De Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica e a organização Agentes de Pastoral Negros?
- Em caso negativo, por quê?
- Se sim, como se concretiza essa relação na prática?
- Existem ações profissionais do serviço social desenvolvidas para o fortalecimento do movimento? Se sim, quais ?
- Existem programas e/ou projetos desenvolvidos junto com os Agentes de Pastoral Negros? Se sim, quais?
- Existem desafios para a efetivação de ações da secretaria junto ao movimento?
- Em caso negativo, por quê?
- Se sim, quais?
- Se desejar fazer algum comentário para finalizar, fique à vontade

Roteiro de perguntas para a ativista do Agentes de Pastoral Negros

- Como e quando se formou a pastoral?
- Quais são os seus objetivos?
- Quais as principais pautas de luta?
- Existem demandas do movimento para a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos? Se sim, quais?
- Essas demandas são atendidas?
- Existe aproximação entre a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica e a organização Agentes de Pastoral Negros?
- Em caso negativo, por quê?

- Se sim, como se concretiza essa relação na prática?
- Existem desafios para a efetivação de ações junto a Secretaria De Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica
- Em caso negativo, por quê?
- Se sim, quais?
- Se desejar fazer algum comentário para finalizar, fique à vontade

## 6.2 Parecer do comitê de ética



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PARECERNº1750/2021-PROPPG(12.28.01.18)

NºdoProtocolo:NÃOPROTOCOLADO

Seropédica-RJ,29dedezembrode2021.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 255/2021

### PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "A relação entre Serviço Social e o movimento Agentes de PastoralNegrosnomunicípiodeSeropédica:desafiosepossibilidades"sobacoordenaçãodaProfessoraDr<sup>a</sup>. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Departamento deEconomia Doméstica e Hotelaria, processo 23083.084127/2021-39, atende os princípios éticos e está deacordocomaResolução466/12queregulamentaosprocedimentosdepesquisaenvolvendosereshumanos.

*(Assinadodigitalmenteem29/12/202115:18)*  
LUCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS  
PRÓ-REITOR(A) – TITULAR  
PRÓPPG (12.08.01.18)  
MATRÍCULA: 387335

ProcessoAssociado:23083.084127/2021-39

Paraverificaraautenticidadedestedomumentoentream<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>informandoseunúmero:

1750,ano:2021,tipo:PARECER,datadeemissão:29/12/2021eocódigodeverificação:ac5236d6af

### **6.3 Termo de consentimento**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto: A relação entre Serviço Social e o movimento Agentes de Pastoral Negros no município de Seropédica: desafios e possibilidades**

**Pesquisador: Gabriela Da Silva Pequeno**

**Pesquisador responsável (professor orientador): Monica Aparecida Del Rio Benevenuto**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

#### **Natureza e objetivos do estudo:**

**•Compreender a relação do Serviço Social com os movimentos sociais presentes em Seropédica a partir da experiência da organização Agente Pastoral de Negros junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos De Seropédica.**

#### **O(s) objetivo(s) específico(s) deste estudo é:**

- Resgatar o processo histórico responsável pela construção dos movimentos sociais no Brasil;
- Refletir sobre do movimento negro no Brasil frente à problemática do racismo estrutural;
- Identificar a relação do Serviço Social com movimentos sociais referenciada pelo projeto ético político da profissão.
- Analisar como se dá a construção da relação do serviço social com os "Agentes de Pastoral Negros" na cidade de Seropédica, Rio de Janeiro.

**Procedimentos do estudo (quais instrumentos serão utilizados? Se terá gravação, vídeos, fotografias etc.):**

Pretende-se construir a metodologia a partir de uma pesquisa qualitativa que de acordo com Godoy (1995) Algumas características caracterizam a pesquisa qualitativa, desta forma a autora afirma que:

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.( **Godoy, 1995, p.21.**)

A modalidade de estudo de caso se adequa aos objetivos desta proposta por compreender que é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular (Godoy, 1995).

Uma análise bibliográfica será realizada, buscando aporte teórico em textos que fazem um resgate histórico sobre os movimentos sociais, sobretudo serão analisados textos que tratam sobre a história dos movimentos negros dentro e sobre e a questão racial no Brasil, além de obras que discorrer sobre a da relação do serviço social com os movimentos sociais e as particularidades da Baixada Fluminense e do município de Seropédica.

Somado a isso, pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas com uma ativista do movimento Agentes de Pastoral Negros e com a Subsecretária Municipal de Assistência Social com o objetivo de compreender a posição do Serviço Social diante da organização e conhecer a atuação de assistentes sociais junto a esse movimento social.

As entrevistas serão realizadas individualmente, de forma presencial e seguindo os protocolos de segurança da Covid 19 seguindo com um roteiro de perguntas previamente elaboradas.

A modalidade de interpretação das falas das entrevistadas que será utilizada é a análise de discurso, cuja intenção é captar os sentidos de varias maneiras, verbais e não verbais, a interpretação é baseada na materialidade produzida, por exemplo, com falas, imagens ou linguagem corporal. (Caregnato e Mutti, 2006).

**Riscos e benefícios:**

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Toda pesquisa envolvendo

seres humanos, envolve riscos. Os riscos envolvendo os sujeitos dessa pesquisa apresentam risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, constrangimento em responder alguma pergunta ou outros riscos não previsíveis. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa assiná-lo.

Esta pesquisa poderá trazer contribuições científicas e sociais importantes para docentes que trabalham em turmas multisseriadas. Enfatizamos sua relevância para o debate acadêmico e na releitura da realidade da educação do campo, oportunizando a dialogicidade com diversas ciências, ressignificando o saber e a forma de conceber a educação.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:**

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

### **Confidencialidade:**

Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações (fotos, entrevistas etc.) ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos. Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, \_\_\_\_\_ RG  
\_\_\_\_\_, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Seropédica, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Orientadora

---

Pesquisador

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com o Coordenador da pesquisa:

Nome: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

e-mail: [monicadelrio@ufrj.com.br](mailto:monicadelrio@ufrj.com.br)